Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014 7

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 13

Demonstração do Resultado Abrangente 14

Demonstração do Fluxo de Caixa 15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014 17

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013 18

Demonstração do Valor Adicionado 19

Comentário do Desempenho 20

Notas Explicativas 29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 93

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	558.699
Preferenciais	0
Total	558.699
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.788
Preferenciais	0
Total	1.788

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.292.690	2.389.158
1.01	Ativo Circulante	136.281	210.169
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	107.996	177.016
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.453	14.847
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.453	14.847
1.01.07	Despesas Antecipadas	68	16
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.764	18.290
1.01.08.03	Outros	15.764	18.290
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a receber	12.336	14.372
1.01.08.03.03	Outros Créditos	3.380	3.871
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	48	47
1.02	Ativo Não Circulante	2.156.409	2.178.989
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.765	10.357
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.765	10.357
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.765	10.357
1.02.02	Investimentos	2.150.486	2.164.199
1.02.02.01	Participações Societárias	2.150.486	2.164.199
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.200.681	1.194.531
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	949.805	969.668
1.02.03	Imobilizado	3.914	4.339
1.02.04	Intangível	244	94

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.292.690	2.389.158
2.01	Passivo Circulante	318.473	316.933
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.517	7.332
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.517	7.332
2.01.02	Fornecedores	901	4.668
2.01.03	Obrigações Fiscais	97	304
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	97	304
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	97	304
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	287.567	290.762
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	287.567	290.762
2.01.05	Outras Obrigações	22.391	13.867
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	17
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	17
2.01.05.02	Outros	22.391	13.850
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	18.032	0
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	4.359	13.850
2.02	Passivo Não Circulante	2.819	255
2.02.03	Tributos Diferidos	2.767	207
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.767	207
2.02.04	Provisões	52	48
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	52	48
2.03	Patrimônio Líquido	1.971.398	2.071.970
2.03.01	Capital Social Realizado	1.320.549	1.320.549
2.03.02	Reservas de Capital	22.320	33.611
2.03.02.04	Opções Outorgadas	40.924	36.658
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-24.045	-8.488
2.03.02.07	Alienação de participação para acionistas não controladores	5.441	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	231.410	717.810
2.03.04.01	Reserva Legal	131.747	131.747
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	388.105
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	99.663	197.958
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	397.119	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	74.391	477.267	115.204	322.573
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.195	-66.473	-19.326	-53.580
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	125	269.590	289	875
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.621	-19.863	-6.619	-19.864
3.04.05.01	Amortização do ágio s/investimento	-6.621	-19.863	-6.619	-19.864
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	110.082	294.013	140.860	395.142
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	110.082	294.013	137.661	373.262
3.04.06.02	Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	0	0	3.199	21.880
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	74.391	477.267	115.204	322.573
3.06	Resultado Financeiro	-6.984	-13.242	-3.903	-13.008
3.06.01	Receitas Financeiras	1.224	11.609	3.140	18.179
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.208	-24.851	-7.043	-31.187
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	67.407	464.025	111.301	309.565
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	9.950	-46.016	-11	-7
3.08.01	Corrente	6.236	-43.456	0	26
3.08.02	Diferido	3.714	-2.560	-11	-33
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	77.357	418.009	111.290	309.558
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	77.357	418.009	111.290	309.558
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,13879	0,74999	0,19919	0,55407
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,13647	0,73742	0,19893	0,55334

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	77.357	418.009	111.290	309.558
4.03	Resultado Abrangente do Período	77.357	418.009	111.290	309.558

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	170.710	-41.482
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	181.175	-39.470
6.01.01.01	Lucro Líquido	418.009	309.558
6.01.01.02	Depreciação e amortização	484	456
6.01.01.03	Plano de opções com base em ações	2.670	524
6.01.01.04	Resultado de equivalência patrimonial	-294.013	-395.142
6.01.01.05	Amortização de ágio em investimentos	19.863	19.864
6.01.01.06	Perda/Baixa do ativo imobilizado e intangível	122	0
6.01.01.07	Encargos financeiros de notas promissórias	22.884	25.742
6.01.01.08	Atualização monetária de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	4	0
6.01.01.09	Tributos diferidos	2.560	33
6.01.01.10	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-342	-505
6.01.01.11	Levantamento de depósitos judiciais	8.934	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.465	-2.012
6.01.02.01	Tributos a recuperar	2.394	-1.270
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-52	141
6.01.02.03	Outros créditos	491	-3.094
6.01.02.04	Fornecedores	-3.767	218
6.01.02.05	Obrigações sociais	185	-253
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-207	-119
6.01.02.07	Partes relacionadas	-18	-52
6.01.02.08	Adiantamento de clientes e Outras contas a pagar	-9.491	2.430
6.01.02.09	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	0	-13
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	291.164	350.128
6.02.01	Dividendos recebidos	316.930	350.311
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-331	-192
6.02.03	Investimento em Controladas - venda de participação	18.065	0
6.02.04	Investimento em Controladas - aporte de capital	-43.500	0
6.02.05	Investimentos em controladas	0	9
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-530.894	-581.113
6.03.01	Pagamento de ações em tesouraria	-15.557	-9.887
6.03.02	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-489.258	-255.200
6.03.03	Comissão sobre Notas Promissórias	334	2.539
6.03.04	Captação de Notas Promissórias	274.610	274.364
6.03.05	Pagamento de Notas Promissórias	-275.000	-550.000
6.03.06	Juros pagos	-26.023	-42.929
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-69.020	-272.467
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	177.016	435.621
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	107.996	163.154

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	33.611	717.810	0	0	2.071.970
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	33.611	717.810	0	0	2.071.970
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-11.291	-486.400	-20.890	0	-518.581
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.266	0	0	0	4.266
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-15.557	0	0	0	-15.557
5.04.06	Dividendos	0	0	-486.400	0	0	-486.400
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.890	0	-20.890
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	418.009	0	418.009
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	418.009	0	418.009
5.07	Saldos Finais	1.320.549	22.320	231.410	397.119	0	1.971.398

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	31.867	755.160	0	0	2.107.576
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	31.867	755.160	0	0	2.107.576
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-9.152	-255.200	0	0	-264.352
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	735	0	0	0	735
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-11.546	0	0	0	-11.546
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.659	0	0	0	1.659
5.04.06	Dividendos	0	0	-255.200	0	0	-255.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	309.558	0	309.558
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	309.558	0	309.558
5.07	Saldos Finais	1.320.549	22.715	499.960	309.558	0	2.152.782

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-31.126	-33.682
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-31.126	-33.682
7.03	Valor Adicionado Bruto	-31.126	-33.682
7.04	Retenções	-20.347	-20.320
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-484	-456
7.04.02	Outras	-19.863	-19.864
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-19.863	-19.864
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-51.473	-54.002
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	575.212	413.321
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	294.013	395.142
7.06.02	Receitas Financeiras	11.609	18.179
7.06.03	Outros	269.590	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	523.739	359.319
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	523.739	359.319
7.08.01	Pessoal	33.278	17.002
7.08.01.01	Remuneração Direta	30.885	15.023
7.08.01.02	Benefícios	1.235	1.309
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.158	670
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	46.016	7
7.08.02.01	Federais	46.016	7
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.436	32.752
7.08.03.01	Juros	22.884	25.742
7.08.03.02	Aluguéis	1.585	1.565
7.08.03.03	Outras	1.967	5.445
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	418.009	309.558
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	20.890	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	397.119	309.558

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	6.706.729	6.500.768
1.01	Ativo Circulante	1.069.780	1.366.878
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	718.862	1.071.043
1.01.02	Aplicações Financeiras	99.033	70.740
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	99.033	70.740
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	99.033	70.740
1.01.03	Contas a Receber	175.593	151.651
1.01.03.01	Clientes	175.593	151.651
1.01.06	Tributos a Recuperar	34.497	36.576
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	34.497	36.576
1.01.07	Despesas Antecipadas	11.094	6.865
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.701	30.003
1.01.08.03	Outros	30.701	30.003
1.01.08.03.02	Outros créditos	30.701	30.003
1.02	Ativo Não Circulante	5.636.949	5.133.890
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	676.508	641.359
1.02.01.06	Tributos Diferidos	528.121	531.563
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	528.121	531.563
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	252	290
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	148.135	109.506
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	127.328	88.399
1.02.01.09.05	Outros créditos	20.174	10.302
1.02.01.09.06	Títulos e Valores Mobiliários	633	10.805
1.02.02	Investimentos	212.807	253.159
1.02.02.01	Participações Societárias	212.807	253.159
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	212.807	253.159
1.02.03	Imobilizado	485.244	428.020
1.02.04	Intangível	4.262.390	3.811.352

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	6.706.729	6.500.768
2.01	Passivo Circulante	1.122.184	1.165.859
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	68.329	53.451
2.01.01.01	Obrigações Sociais	68.329	53.451
2.01.02	Fornecedores	64.971	79.917
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	64.971	79.917
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.334	33.138
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28.334	33.138
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	27.513	30.906
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	821	2.232
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	823.102	835.609
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	564.781	571.533
2.01.04.02	Debêntures	258.321	264.076
2.01.05	Outras Obrigações	78.418	91.182
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.963	3.530
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.963	3.530
2.01.05.02	Outros	72.455	87.652
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	18.032	0
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	19.738	20.454
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	34.685	67.198
2.01.06	Provisões	59.030	72.562
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.887	13.111
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	24.887	13.111
2.01.06.02	Outras Provisões	34.143	59.451
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	26.247	49.932
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	7.896	9.519
2.02	Passivo Não Circulante	3.557.612	3.236.880
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.106.625	2.865.014
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	465.230	218.482
2.02.01.02	Debêntures	2.641.395	2.646.532
2.02.02	Outras Obrigações	58.623	69.445
2.02.02.02	Outros	58.623	69.445
2.02.02.02.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	6.252	6.597
2.02.02.02.06	Obrigações com o poder concedente	34.660	42.597
2.02.02.02.07	Outras Contas a pagar	17.711	20.251
2.02.03	Tributos Diferidos	45.144	36.889
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	45.144	36.889
2.02.04	Provisões	347.220	265.532
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	155.622	135.148
2.02.04.01.05	Provisões para perdas tributárias, trabalhistas e civeis	155.622	135.148
2.02.04.02	Outras Provisões	191.598	130.384
2.02.04.02.05	Provisão para manutenção	189.246	128.116
2.02.04.02.06	Provisão para construção de obras	2.352	2.268
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.026.933	2.098.029
2.03.01	Capital Social Realizado	1.320.549	1.320.549
2.03.02	Reservas de Capital	22.320	33.611

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.02.04	Opções Outorgadas	40.924	36.658
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-24.045	-8.488
2.03.02.07	Alienação de participação para acionistas não controladores	5.441	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	231.410	717.810
2.03.04.01	Reserva Legal	131.747	131.747
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	388.105
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	99.663	197.958
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	397.119	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	55.535	26.059

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	712.265	2.201.803	699.355	1.921.581
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-385.531	-1.287.688	-405.221	-986.354
3.03	Resultado Bruto	326.734	914.115	294.134	935.227
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-110.038	-2.236	-39.412	-193.225
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-102.875	-265.495	-39.711	-195.071
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	304	280.567	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-124	-302
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.467	-17.308	423	2.148
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	216.696	911.879	254.722	742.002
3.06	Resultado Financeiro	-80.735	-277.373	-67.938	-229.219
3.06.01	Receitas Financeiras	32.460	100.619	30.421	80.821
3.06.02	Despesas Financeiras	-113.195	-377.992	-98.359	-310.040
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	135.961	634.506	186.784	512.783
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-55.730	-217.326	-75.168	-200.465
3.08.01	Corrente	-52.108	-205.629	-58.737	-166.467
3.08.02	Diferido	-3.622	-11.697	-16.431	-33.998
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	80.231	417.180	111.616	312.318
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	80.231	417.180	111.616	312.318
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	77.357	418.009	111.290	309.558
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.874	-829	326	2.760
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,13879	0,74999	0,19919	0,55407
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,13647	0,73742	0,19893	0,55334

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	80.231	417.180	111.616	312.318
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	80.231	417.180	111.616	312.318
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	77.357	418.009	111.290	309.558
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.874	-829	326	2.760

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	957.709	775.460
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.119.302	847.723
6.01.01.01	Lucro Líquido	417.180	312.318
6.01.01.02	Depreciação e amortização	217.936	156.755
6.01.01.03	Baixa do ativo imobilizado e intangível	3.064	5.603
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	333.481	260.694
6.01.01.05	Variação monetária com o Poder Concedente	4.495	5.892
6.01.01.06	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	22.027	6.749
6.01.01.07	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	4.633	6.513
6.01.01.08	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-7.990	-4.853
6.01.01.09	Plano de opções com base em ações	4.266	735
6.01.01.10	Tributos diferidos	11.697	33.998
6.01.01.11	Provisão para credores de liquidação duvidosa	-1.377	2.565
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.308	-2.148
6.01.01.13	Capitalização de juros	-250	-927
6.01.01.14	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	77.429	54.300
6.01.01.15	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	13.175	12.652
6.01.01.16	Levantamento dos depósitos judiciais	9.715	2.187
6.01.01.17	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-7.487	-5.310
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-161.593	-72.263
6.01.02.01	Clientes	-22.565	-21.431
6.01.02.02	Tributos a recuperar	2.079	-14.016
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-4.191	-4.922
6.01.02.04	Pagamento dos depósitos judiciais	-41.157	-3.137
6.01.02.05	Outros créditos	-10.570	5.734
6.01.02.06	Fornecedores	-14.946	15.683
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	14.878	12.073
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-3.393	6.969
6.01.02.09	Partes relacionadas	2.433	13.381
6.01.02.10	Outras contas a pagar e Adiantamento de Clientes	-35.053	-7.359
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	11.776	-2.074
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-6.186	-8.469
6.01.02.13	Pagamento de manutenção e construção de obras	-54.698	-64.695
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-675.663	-385.811
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-729.012	-398.007
6.02.02	Investimentos em controladas - venda participação	18.058	0
6.02.03	Pagamento de dividendos minoritários	-1.266	-3.461
6.02.04	Dividendos recebidos	4.986	15.654
6.02.05	Aporte de Capital de acionistas não controladores	31.500	0
6.02.06	Reserva de Capital - Stock option - acionistas não controladores	71	3
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-634.227	91.730

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.03.01	Credor pela concessão	-13.148	-11.927
6.03.02	Títulos e valores mobiliários	-10.131	-38.126
6.03.03	Captação de arrend mercantil, empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	275.430	957.781
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-156.108	-98.657
6.03.05	Comissões sobre notas promissórias	334	0
6.03.06	Pagamento de ações em tesouraria	-15.557	-9.887
6.03.07	Captação de Notas Promissórias	274.610	274.364
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-489.258	-255.200
6.03.09	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-1.756	-1.844
6.03.10	Pagamento de Notas Promissorias	-275.000	-550.000
6.03.11	Juros pagos	-223.643	-174.774
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-352.181	481.379
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.071.043	778.981
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	718.862	1.260.360

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	33.611	717.810	0	0	2.071.970	26.059	2.098.029
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	33.611	717.810	0	0	2.071.970	26.059	2.098.029
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-11.291	-486.400	-20.890	0	-518.581	30.305	-488.276
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.266	0	0	0	4.266	71	4.337
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-15.557	0	0	0	-15.557	0	-15.557
5.04.06	Dividendos	0	0	-486.400	0	0	-486.400	-1.266	-487.666
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.890	0	-20.890	0	-20.890
5.04.08	Aporte de Capital dos acionistas não controladores nas controladas	0	0	0	0	0	0	31.500	31.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	418.009	0	418.009	-829	417.180
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	418.009	0	418.009	-829	417.180
5.07	Saldos Finais	1.320.549	22.320	231.410	397.119	0	1.971.398	55.535	2.026.933

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	31.867	755.160	0	0	2.107.576	17.911	2.125.487
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	31.867	755.160	0	0	2.107.576	17.911	2.125.487
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-9.152	-255.200	0	0	-264.352	-3.458	-267.810
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	735	0	0	0	735	3	738
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-11.546	0	0	0	-11.546	0	-11.546
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.659	0	0	0	1.659	0	1.659
5.04.06	Dividendos	0	0	-255.200	0	0	-255.200	-3.461	-258.661
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	309.558	0	309.558	2.760	312.318
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	309.558	0	309.558	2.760	312.318
5.07	Saldos Finais	1.320.549	22.715	499.960	309.558	0	2.152.782	17.213	2.169.995

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	2.388.798	2.099.964
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.770.609	1.724.878
7.01.02	Outras Receitas	53.855	43.358
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	564.334	331.728
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-758.053	-787.382
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-599.486	-661.285
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-158.567	-126.097
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.630.745	1.312.582
7.04	Retenções	-217.936	-156.755
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-217.936	-156.755
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.412.809	1.155.827
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	83.311	82.969
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-17.308	2.148
7.06.02	Receitas Financeiras	100.619	80.821
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.496.120	1.238.796
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.496.120	1.238.796
7.08.01	Pessoal	280.670	227.462
7.08.01.01	Remuneração Direta	217.991	185.726
7.08.01.02	Benefícios	49.408	31.772
7.08.01.03	F.G.T.S.	13.271	9.964
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	399.326	371.233
7.08.02.01	Federais	313.691	289.961
7.08.02.02	Estaduais	144	180
7.08.02.03	Municipais	85.491	81.092
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	398.944	327.783
7.08.03.01	Juros	229.758	192.015
7.08.03.02	Aluguéis	20.952	17.743
7.08.03.03	Outras	148.234	118.025
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	417.180	312.318
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	20.890	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	397.119	309.558
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-829	2.760

Comentário do Desempenho

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A divulga seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2014 (3T14) e aos nove primeiros meses de 2014 (9M14). As informações financeiras e operacionais são apresentadas de forma consolidada e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Leis n° 11.638/07 e n° 11.941/09, bem como as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS *(International Financial Reporting Standards*) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao terceiro trimestre de 2013 (3T13) e aos nove primeiros meses de 2013 (9M13).

Dados Financeiros **-** A EcoRodovias divulga suas informações financeiras consolidadas e com a abertura entre os seguintes negócios:

Concessões Rodoviárias: dados financeiros relativos às seis concessionárias de rodovias do Grupo (Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas, Ecosul e ECO101);

Ecoporto Santos: dados financeiros relativos à participação de 100% nas empresas Ecoporto Santos, Ecoporto Alfandegado e Ecoporto Transportes;

Serviços: dados financeiros relativos à empresa de prestação de serviços corporativos e exploração de outros serviços correlatos – EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.;

Holding: dados financeiros relativos à holding – EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.;

Eliminações: dados financeiros relativos às eliminações *intercompany* – resultados eliminados na consolidação das informações financeiras do Grupo.

As informações pró-forma apresentadas ao longo deste relatório consideram a consolidação proporcional das empresas Elog S.A. e Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) nas demonstrações financeiras e exclui receita de construção, custo de construção e provisão para manutenção. Os resultados por segmento são apresentados ao final deste relatório.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Receita Bruta Consolidada

A receita bruta atingiu R$ 777,6 milhões no 3T14, crescimento de 2,1% e crescimento de 13,8% no 9M14, com R$ 2.388,8 milhões. Desconsiderando a receita de construção e a aplicação do IFRS 10, a receita bruta pró-forma atingiu R$ 709,4 milhões no 3T14, aumento de 0,2%.

Comentário do Desempenho

RECEITA BRUTA (em milhões de R$)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Concessões Rodoviárias	502,8	451,8	11,3%	1.425,7	1.291,5	10,4%
Receita de Construção	138,6	143,4	-3,3%	564,3	331,7	70,1%
Ecoporto Santos	133,0	165,6	-19,7%	391,1	474,8	-17,6%
Serviços	50,8	31,6	60,8%	148,9	94,6	57,4%
Eliminações	(47,6)	(30,8)	54,5%	(141,2)	(92,6)	52,5%
RECEITA BRUTA	**777,6**	**761,6**	**2,1%**	**2.388,8**	**2.100,0**	**13,8%**
Aplicação IFRS10						
STP (Participação EcoRodovias)	-	20,2	n.m	13,4	58,1	-76,9%
Elog (80%)	73,0	70,7	3,3%	201,7	216,8	-7,0%
Eliminações	(2,6)	(0,7)	271,4%	(6,4)	(2,5)	156,0%
Receita de Construção	(138,6)	(143,4)	-3,3%	(564,3)	(331,7)	70,1%
RECEITA BRUTA PRO-FORMA[1]	**709,5**	**708,4**	**0,2%**	**2.033,2**	**2.040,7**	**-0,4%**
STP (Participação EcoRodovias)	-	(20,2)	n.m	(13,4)	(58,1)	-76,9%
RECEITA BRUTA PRO-FORMA COMPARÁVEL[2]	**709,5**	**688,2**	**3,1%**	**2.019,8**	**1.982,6**	**1,9%**

[1] Exclui Receita de Construção do saldo da Receita Bruta e consolida proporcionalmente Elog e STP (IFRS 10)

[2] Exclui STP

Receita Líquida Consolidada

RECEITA LÍQUIDA (em milhões de R$)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Concessões Rodoviárias	459,3	412,9	11,2%	1.302,7	1.180,3	10,4%
Receita de Construção	138,6	143,4	-3,3%	564,3	331,7	70,1%
Ecoporto Santos	116,5	145,8	-20,1%	343,6	418,2	-17,8%
Serviços	45,5	28,0	62,5%	132,4	84,0	57,6%
Eliminações	(47,6)	(30,8)	54,5%	(141,2)	(92,6)	52,5%
RECEITA LIQUIDA	**712,3**	**699,3**	**1,9%**	**2.201,8**	**1.921,6**	**14,6%**
Aplicação IFRS10						
STP (Participação EcoRodovias)	-	18,2	n.m	12,1	52,5	-77,0%
Elog (80%)	60,9	59,6	2,2%	168,7	182,3	-7,5%
Eliminações	(2,6)	(0,7)	271,4%	(6,4)	(2,5)	156,0%
Receita de Construção	(138,6)	(143,4)	-3,3%	(564,3)	(331,7)	70,1%
RECEITA LIQUIDA PRO-FORMA[1]	**632,0**	**633,1**	**-0,2%**	**1.811,9**	**1.822,2**	**-0,6%**
STP (Participação EcoRodovias)	-	(18,2)	m.m	(12,1)	(52,5)	-77,0%
RECEITA LIQUIDA PRO-FORMA COMPARÁVEL[2]	**632,0**	**614,9**	**2,8%**	**1.799,8**	**1.769,7**	**1,7%**

[1] Exclui Receita de Construção do saldo da Receita Bruta e consolida proporcionalmente Elog e STP (IFRS 10)

[2] Exclui STP

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R$ 488,4 milhões no 3T14, crescimento de 9,8%. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e a aplicação do IFRS 10, os custos operacionais e despesas administrativas pró-forma atingiram R$ 387,7 milhões, com crescimento de 7,8%. As variações observadas no trimestre foram: (i) pessoal: aumento devido ao dissídio de 5,5% na maioria das unidades de negócios e contratações na ECO101 (+R$ 5,1 milhões) e plano de incentivo e retenção de Diretores na Holding (+R$ 6,1 milhões); (ii) serviços de terceiros: crescimento

Comentário do Desempenho

devido à contratação de empresas para os trabalhos operacionais na ECO101 e estudo de novas oportunidade de negócios, compensado, parcialmente, por reduções no Ecoporto Santos (iii) depreciação e amortização: aumento de R$ 15,7 milhões referente à atualização da curva de amortização dos ativos intangíveis no 4T13 decorrente do maior volume de tráfego no ano anterior e à maior base de ativos nas concessionárias Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e R$ 2,6 milhões referentes à ECO101; (iv) provisão para manutenção: aumento de R$ 11,6 milhões, acompanhando os programas de manutenção previstos nas concessionárias dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; (v) custo de construção: crescimento decorrente de obras em andamento. No 3T14, o crescimento dos custos operacionais e despesas administrativas também foi influenciado pelo início da cobrança de pedágio na ECO101 em maio de 2014, que contribuiu com R$ 18,1 milhões além dos custos de pessoal e depreciação e amortização acima mencionados.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R$)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Pessoal	97,1	79,6	22,0%	280,7	227,5	23,4%
Conservação e Manutenção	21,8	19,7	10,7%	59,7	54,3	9,9%
Serviços de Terceiros	89,6	87,0	3,0%	231,7	225,7	2,7%
Seguros, Poder Concedente e Locações	26,4	26,5	-0,4%	76,6	80,3	-4,6%
Depreciação / Amortização	75,2	56,9	32,2%	218,1	156,8	39,1%
Provisão para Manutenção	26,2	14,6	79,5%	77,4	54,3	42,5%
Custo de Construção de Obras	138,6	143,4	-3,3%	564,3	331,7	70,1%
Outros	13,4	17,1	-21,6%	44,6	50,8	-12,2%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**488,3**	**444,8**	**9,8%**	**1.553,1**	**1.181,4**	**31,5%**
Aplicação IFRS10	64,2	73,0	-12,1%	188,1	216,8	-13,2%
Custo de Construção de Obras e Provisão para Manutenção	(164,8)	(158,0)	4,3%	(641,7)	(386,0)	66,2%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS PRÓ-FORMA[1]	**387,7**	**359,8**	**7,8%**	**1.099,5**	**1.012,2**	**8,6%**

[1] Exclui Custo de Construção de Obras, Provisão para Manutenção e consolida proporcionalmente os custos da Elog e STP (IFRS 10)

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

Comentário do Desempenho

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR SEGMENTO	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Concessões Rodoviárias	368.5	313.3	17.6%	1,231.5	840.1	46.6%
Concessões Rodoviárias	322.7	293.8	9.8%	985.9	812.8	21.3%
ECO101	45.8	19.5	134.9%	245.6	27.3	n.m
Ecoporto Santos	96.9	116.1	-16.5%	284.5	308.2	-7.7%
Serviços	35.3	21.1	67.3%	92.1	59.8	54.0%
Holding	35.9	19.4	85.1%	86.4	53.6	61.2%
Eliminações	(48.3)	(25.1)	92.4%	(141.4)	(80.3)	76.1%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**488.3**	**444.8**	**9.8%**	**1,553.1**	**1,181.4**	**31.5%**
Aplicação - IFRS10						
STP (Participação EcoRodovias)	-	9.6	-	6.3	28.1	-77.6%
Elog (80%)	66.7	64.0	4.2%	188.1	191.1	-1.6%
Eliminações	(2.6)	(0.6)	n.m	(6.3)	(2.4)	162.5%
Custo de Construção de Obras e Provisão para	(164.8)	(158.0)	4.3%	(641.7)	(386.0)	66.2%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS PRÓ-FORMA[1]	**387.7**	**359.8**	**7.8%**	**1,099.5**	**1,012.2**	**8.6%**
STP (Participação EcoRodovias)	-	(9.6)	n.m	(6.3)	(28.1)	-77.6%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS PRÓ-FORMA COMPARÁVEL[2]	**387.7**	**350.2**	**10.7%**	**1,093.2**	**984.1**	**11.1%**

[1] Exclui Custo de Construção de Obras, Provisão para Manutenção e consolida proporcionalmente os custos da Elog e STP (IFRS 10)

[2] Exclui os custos da STP

EBITDA Consolidado e Margem EBITDA Consolidada

EBITDA (em milhões de R$)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Lucro Líquido (antes da participação de minoritários)	80,2	111,6	-28,1%	417,2	312,3	33,6%
Depreciação e Amortização	75,2	56,9	32,2%	217,9	156,8	39,0%
Resultado Financeiro	80,7	67,9	18,9%	277,4	229,2	21,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	55,7	75,1	-25,8%	217,3	200,4	8,4%
Amortização de Investimentos	-	(0,1)	n.m	-	-	n.m
Equivalência Patrimonial	7,5	(0,4)	n.m	17,3	(2,1)	n.m
EBITDA	**299,4**	**311,0**	**-3,7%**	**1.147,1**	**896,6**	**27,9%**
MARGEM EBITDA	**42,0%**	**44,5%**	**-2,5 p.p.**	**52,1%**	**46,7%**	**-5,4 p.p.**

EBITDA Pró-forma por Segmento

Comentário do Desempenho

EBITDA PRÓ-FORMA (em milhões de R$)	3T14	Margem	3T13	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias [1]	314,9	68,6%	298,5	72,3%	5,5%
Concessões Rodoviárias [1]	298,0	71,4%	306,7	74,3%	-2,8%
ECO101 [1]	16,9	40,5%	(8,2)	-	n.m.
Ecoporto Santos	25,4	21,8%	35,9	24,6%	-29,2%
Serviços	13,9	30,6%	10,2	36,4%	36,3%
Eliminações	0,2	-	0,5	-	n.m.
Holding	(28,9)	-	(19,5)	-	48,2%
STP (Participação EcoRodovias)	-	-	10,0	-	n.m.
Elog (80%)	2,3	3,8%	3,0	5,0%	-23,3%
EBITDA PRÓ-FORMA [2]	**327,8**	**51,9%**	**338,6**	**53,5%**	**-3,2%**
Venda da STP	-	-	-	-	n.m.
STP (Participação EcoRodovias)	-	-	(10,0)	-	n.m.
EBITDA PRÓ-FORMA COMPARÁVEL [3]	**327,8**	**51,9%**	**328,6**	**53,4%**	**-0,2%**

EBITDA PRÓ-FORMA (em milhões de R$)	9M14	Margem	9M13	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias [1]	881,2	67,6%	844,0	71,5%	4,4%
Concessões Rodoviárias [1]	884,0	71,2%	859,9	72,9%	2,8%
ECO101 [1]	(2,8)	-	(15,9)	-	-82,4%
Ecoporto Santos	88,1	25,6%	125,9	30,1%	-30,0%
Serviços	51,4	38,8%	33,8	40,2%	52,1%
Eliminações	0,1	-	(1,8)	-	n.m.
Holding	203,6	-	(51,0)	-	n.m.
STP (Participação EcoRodovias)	6,8	56,2%	28,6	54,5%	n.m.
Elog (80%)	4,6	2,7%	13,2	7,2%	-65,2%
EBITDA PRÓ-FORMA [2]	**1.235,8**	**68,2%**	**992,7**	**54,5%**	**24,5%**
Venda da STP	(269,2)	-	-	-	n.m.
STP (Participação EcoRodovias)	(6,8)	-	(28,6)	-	-76,2%
EBITDA PRÓ-FORMA COMPARÁVEL [3]	**959,8**	**53,0%**	**964,1**	**54,5%**	**-0,4%**

[1] Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados

[2] Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados e consolida proporcionalmente a Elog e STP (IFRS 10).

[3] Exclui a venda da totalidade da participação da STP e resultado da STP

Resultado Financeiro Consolidado

A despesa financeira líquida pró-forma apresentou aumento de 18,9% no 3T14 e 21,0% no 9M14. As variações mais representativas no 3T14 foram: (i) juros sobre financiamento: aumento devido as liberações do empréstimo ponte na ECO101 (ii) receitas de aplicações financeiras: redução decorrente de menor disponibilidade de caixa no período.

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R$)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
Juros sobre Debêntures	(54,6)	(52,7)	3,6%	(162,3)	(138,5)	17,2%
Juros sobre Financiamentos	(28,0)	(15,1)	85,4%	(67,4)	(53,5)	26,0%
Variação Monetária - Debêntures e Financiamentos	(11,3)	(11,8)	-4,2%	(95,5)	(58,8)	62,4%
Variação Monetária – Direito de Outorga	(0,6)	(2,3)	-73,9%	(4,5)	(5,9)	-23,7%
Receitas de Aplic. Financeiras	21,7	28,1	-22,8%	79,5	67,0	18,7%
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	(4,4)	(4,3)	2,3%	(13,1)	(12,6)	4,0%
Outros Efeitos Financeiros	(3,5)	(9,8)	-64,3%	(14,0)	(26,9)	-48,0%
RESULTADO FINANCEIRO	**(80,7)**	**(67,9)**	**18,9%**	**(277,3)**	**(229,2)**	**21,0%**
STP (Participação EcoRodovias)	0,0	0,3	n.m	0,2	0,7	-71,9%
Elog (80%)	(5,9)	(3,8)	55,3%	(15,9)	(12,1)	31,4%
RESULTADO FINANCEIRO PRÓ-FORMA	**(86,6)**	**(71,4)**	**21,3%**	**(293,0)**	**(240,6)**	**21,8%**

Imposto de Renda e Contribuição Social

O total de imposto de renda e contribuição social registrado no 3T14 foi de R$ 55,7 milhões. O total de imposto de renda e contribuição social, desconsiderando a aplicação do IFRS 10, totalizou R$ 51,4 milhões, sendo que a taxa efetiva (IR e CS/Lucro operacional antes dos impostos) passou de 40,3% no 3T13 para 39,0% no 3T14. O total de IR e CS efetivamente pago no 9M14 foi de R$ 193,8 milhões (conforme nota explicativa nº 14.C do ITR), representando uma taxa efetiva caixa de 30,6%.

Lucro Líquido

O lucro líquido foi de R$ 77,3 milhões no 3T14, redução de 30,5%. A margem líquida (lucro líquido/receita líquida consolidada) atingiu 10,9%, devido ao aumento da depreciação e amortização em razão da atualização da curva de amortização dos ativos intangíveis no 4T13 e à maior base de ativos nas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas e ECO101 (+R$ 18,3 milhões), aumento com despesa financeira líquida (+R$ 15,2 milhões), influenciado pela maior participação de capital de terceiros na estrutura de capital da companhia e pelo resultado negativo na equivalência patrimonial da Elog, além do aumento da provisão para manutenção já considerado no EBITDA (+ R$ 11,6 milhões).

LUCRO LÍQUIDO (em milhões de R$)	3T14	3T13	Var.	9M14	9M13	Var.
EBITDA	**299,4**	**311,0**	**-3,7%**	**1.147,1**	**896,6**	**27,9%**
Depreciação e Amortização	(75,2)	(56,9)	32,2%	(217,9)	(156,8)	39,0%
Amortização de Investimentos	-	0,1	n.m	-	0,0	n.m
Resultado Financeiro	(80,8)	(67,9)	19,0%	(277,4)	(229,2)	21,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(55,7)	(75,1)	-25,8%	(217,3)	(200,4)	8,4%
Equivalência Patrominial	(7,5)	0,4	n.m	(17,3)	2,1	n.m
Lucro Líquido (antes da participação de minoritários)	80,2	111,6	-28,1%	417,2	312,3	33,6%
Participação de minoritários	(2,9)	(0,3)	n.m	0,8	(2,7)	-129,6%
LUCRO LÍQUIDO	**77,3**	**111,3**	**-30,5%**	**418,0**	**309,6**	**35,0%**
Venda da STP	-	-	n.m	(207,3)	-	n.m
STP (Participação EcoRodovias)	-	(5,7)	n.m	(3,8)	(16,2)	-76,5%
LUCRO LÍQUIDO COMPARÁVEL[1]	**77,3**	**105,6**	**-26,8%**	**206,9**	**293,4**	**-29,5%**

[1] *Exclui a venda da totalidade da participação na STP e resultado da STP*

Comentário do Desempenho

Disponibilidade Financeira e Endividamento

A dívida bruta da EcoRodovias atingiu R$ 3.929,6 milhões em setembro de 2014, aumento de 3,5% em relação a junho de 2014. Desconsiderando a aplicação do IFRS 10, a dívida bruta pró-forma totalizou R$ 4.153,1 milhões, com aumento de 2,6%.

Contribuíram para a redução do saldo da dívida financeira no trimestre: (i) pagamento de principal e juros no valor de R$ 24,8 milhões, referente à segunda emissão de debêntures da Elog; (ii) pagamento de principal e juros no valor de R$ 8,7 milhões de empréstimos de capital de giro no Ecoporto.
Contribuíram para o aumento do saldo da dívida financeira: (i) liberação de R$ 14,6 milhões do BNDES à ECO101; (ii) liberação de R$ 21,8 milhões do BNDES à Ecopistas; (iii) atualizações monetárias e juros sobre as debêntures emitidas, no valor de R$ 54,3 milhões; e (iv) liberação de R$ 41,9 milhões de Finimp Ecoporto.

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R$)	30/09/2014	30/06/2014	Var.	Taxa	Moeda	Vencimento
Concessões Rodoviárias	**3.019,8**	**2.941,8**	**2,7%**			
Debêntures 2º Emissão - EcoRodovias Conc. e Serv.	898,2	878,0	2,3%	CDI+0,79%a.a /IPCA+5,0% a.a./IPCA+5,35%a.a.	R$	outubro-2022
Debêntures 1º Emissão - Ecovias dos Imigrantes	54,4	53,4	1,9%	IGP-M + 9,5%	R$	novembro-2014
Debêntures 2º Emissão - Ecovias dos Imigrantes	946,6	930,4	1,7%	IPCA+ 3,8%/ IPCA + 4,28%a.a	R$	abril-2024
Debêntures 1º Emissão - Ecopistas	443,5	444,1	-0,2%	IPCA+8,25%a.a.	R$	outubro-2022
BNDES- Ecopistas	235,8	220,3	7,0%	TJLP+2,40%a.a	R$	junho-2025
Finem BNDES-ECO101	189,1	169,3	11,7%	UMBND + 3,718%/ TJLP + 4,16%a.a.	R$	novembro-2015
CCB - Ecovia Caminho do Mar	115,4	112,1	2,9%	108,0%do CDI /108,4%do CDI	R$	dezembro-2014
CCB - Ecosul	70,8	68,7	3,0%	CDI + 2,03%a.a.	R$	outubro-2014
CCB - Ecosul	38,6	37,5	2,9%	108,0%do CDI / 108,4%do CDI	R$	dezembro-2014
Finame BNDES- Ecocataratas	24,9	26,5	-6,0%	TJLP + 2,30%a.a.	R$	julho-2018
Outros	2,6	1,6	63,9%	-	R$	outubro-2022
Ecoporto Santos	**622,3**	**575,0**	**8,2%**			
Debêntures 1º Emissão- Ecoporto Santos	557,1	539,5	3,3%	CDI + 1,85%a.a	R$	junho-2019
CCB- Ecoporto Santos	11,1	14,5	-17,6%	CDI + 3,0%a.a	R$	junho-2015
Finame - Ecoporto Santos e Ecoporto Transportes	12,5	9,0	39,0%	CDI + 3,18%a.a	R$	junho-2017
CCB - Ecoporto Santos	-	5,0	-100,0%	CDI + 0,15%a.a	R$	julho-2014
Finimp -Ecoporto Santos	41,6	7,1	n.m	Libor 6M +4,60%a.a/ Libor 6M +2,00%	US$	setembro-2016
Notas Promissórias 5º Emissão- EcoRodovias	**287,6**	**279,4**	**n.m**	**105,4% do CDI**	**R$**	**abril-2015**
DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA	**3.929,6**	**3.796,3**	**3,5%**			
Debêntures 2º Emissão - Elog	221,7	248,7	-10,8%	CDI+1,60%a.a	R$	fevereiro-2020
Outros	1,7	1,7	-	-	R$	junho-2016
DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA PRÓ-	**4.153,1**	**4.046,7**	**2,6%**			

DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA	**3.929,6**	**3.796,3**	**3,5%**
Caixa Disponível	818,5	813,3	0,6%
DÍVIDA LÍQUIDA CONSOLIDADA	**3.111,1**	**2.983,0**	**4,3%**

DÍVIDA BRUTA PRO-FORMA	**4.153,1**	**4.046,7**	**2,6%**
Caixa Disponível - Pró-forma	854,3	879,7	-2,9%
DÍVIDA LÍQUIDA PRÓ-FORMA	**3.298,8**	**3.167,0**	**4,2%**

DÍVIDA LIQUIDA / EBITDA (em milhões de R$)	30/09/2014	30/06/2014	Var.
EBITDA udm	1.446,0	1.457,6	-0,8%
Dívida Líquida	3.111,1	2.983,0	4,3%
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA	**2,2 x**	**2,0 x**	**-**

Comentário do Desempenho

DÍVIDA LÍQUIDA PRÓ-FORMA / EBITDA PRÓ-FORMA (em milhões de R$)	30/09/2014	30/06/2014	Var.
EBITDA Pró-forma udm	1.560,5	1.571,3	-0,7%
Dívida Líquida Pró-forma	3.298,8	3.167,0	4,2%
DÍVIDA LÍQUIDA PRO FORMA / EBITDA PRÓ-FORMA	**2,1 x**	**2,0 x**	**-**

Capex Consolidado por Segmento

Os principais investimentos realizados no trimestre nas concessões rodoviárias foram investimentos iniciais em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares e equipamentos de pedágios na ECO101, obras relacionadas ao aditivo contratual na Ecovias dos Imigrantes e obras nas marginais da Rodovia Ayrton Senna. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

No Ecoporto Santos, o valor de R$ 51,9 milhões no 3T14, corresponde à aquisição de novos equipamentos.

CAPEX (em milhões de R$)	3T14 INTANGIVEL/ IMOBILIZADO	3T14 CUSTO DE MANUTENÇÃO	3T14 TOTAL	3T13 INTANGIVEL/ IMOBILIZADO	3T13 CUSTO DE MANUTENÇÃO	3T13 TOTAL	Var TOTAL 3T14 X 3T13
Concessões Rodoviárias	**164,8**	**24,0**	**188,8**	**179,7**	**18,5**	**198,2**	**-4,8%**
Ecovias dos Imigrantes	85,9	6,7	92,6	82,0	6,4	88,4	4,8%
Ecopistas	30,4	-	30,4	55,8	-	55,8	-45,5%
Ecovia Caminho do Mar	11,2	5,3	16,5	10,9	1,0	11,9	38,7%
Ecocataratas	3,1	12,0	15,1	7,9	11,0	18,9	-20,1%
Ecosul - Rodovias do Sul (100%)	14,4	-	14,4	11,1	0,1	11,2	28,3%
ECO101 (100%)	19,8	-	19,8	12,0	-	12,0	n.m
Ecoporto Santos	**51,9**	-	**51,9**	**3,7**	-	**3,7**	**n.m**
Serviços	**3,2**	-	**3,2**	**3,6**	-	**3,6**	**-11,1%**
Holding	-	-	-	**0,1**	-	**0,1**	**n.m**
CAPEX	**219,9**	**24,0**	**243,9**	**187,1**	**18,5**	**205,6**	**18,6%**
Aplicação IFRS 10			-			-	
Elog (80%)	-	-	-	**13,9**	-	**13,9**	**-100,0%**
STP			-	**2,1**	-	**2,1**	**n.m**
CAPEX PRÓ-FORMA	**219,9**	**24,0**	**243,9**	**203,1**	**18,5**	**221,6**	**10,1%**

CAPEX (em milhões de R$)	9M14 INTANGIVEL/ IMOBILIZADO	9M14 CUSTO DE MANUTENÇÃO	9M14 TOTAL	9M13 INTANGIVEL/ IMOBILIZADO	9M13 CUSTO DE MANUTENÇÃO	9M13 TOTAL	Var TOTAL 9M14 X 9M13
Concessões Rodoviárias	**635,4**	**53,1**	**688,5**	**404,6**	**64,4**	**469,0**	**46,8%**
Ecovias dos Imigrantes	256,9	17,3	274,2	177,5	25,7	203,2	34,9%
Ecopistas	88,0	-	88,0	125,4	-	125,4	-29,8%
Ecovia Caminho do Mar	33,0	5,6	38,6	31,1	11,5	42,6	-9,4%
Ecocataratas	5,1	30,2	35,3	31,8	24,8	56,6	-37,6%
Ecosul - Rodovias do Sul (100%)	32,4	-	32,4	26,0	2,4	28,4	14,1%
ECO101 (100%)	220,0	-	220,0	12,8	-	12,8	n.m
Ecoporto Santos	**81,3**	-	**81,3**	**15,9**	-	**15,9**	**411,3%**
Serviços	**12,6**	-	**12,6**	**9,3**	-	**9,3**	**35,5%**
Holding	**0,3**	-	**0,3**	**0,2**	-	**0,2**	**50,0%**
CAPEX	**729,6**	**53,1**	**782,7**	**430,0**	**64,4**	**494,4**	**58,3%**
Aplicação IFRS 10							
Elog (80%)	**18,8**	-	**18,8**	**47,6**	-	**47,6**	**-60,5%**
STP	-	-	-	**5,8**	-	**5,8**	**n.m**
CAPEX PRÓ-FORMA	**748,4**	**53,1**	**801,5**	**483,4**	**64,4**	**547,8**	**46,3%**

Capex Estimado 2014

Comentário do Desempenho

CAPEX ESTIMADO (em milhões de R$)	2014		
	INTANGIVEL/ IMOBILIZADO	CUSTO DE MANUTENÇÃO	TOTAL
Concessões Rodoviárias (100%)	**825,1**	**100,8**	**925,9**
Ecovias dos Imigrantes	320,8	50,1	370,8
Ecopistas	144,2	-	144,2
Ecovia Caminho do Mar	43,5	9,9	53,4
Ecocataratas	27,2	39,8	67,0
Ecosul - Rodovias do Sul (100%)	48,1	1,1	49,3
ECO101 (100%)	241,2	-	241,2
Elog (80%)	**32,1**	-	**32,1**
Ecoporto Santos	**102,4**	-	**102,4**

Notas Explicativas

ITR - Informações Trimestrais

Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

30 de setembro de 2014

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”, “EcoRodovias Infraestrutura” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações com sede em São Paulo - SP, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia iniciou suas atividades em 07 de novembro de 2000 e tem por objeto operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP. As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores, sob a sigla “ECOR3”.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 4.

A EcoRodovias e suas controladas são também designadas como “Grupo EcoRodovias” ao longo deste relatório.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. para o período findo em 30 de setembro de 2014 foram elaboradas sob responsabilidade da Administração, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 03 de novembro de 2014.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

As informações contábeis intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Individual - BR GAAP”, e tais informações trimestrais divergem das IFRS na avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, que foram mensuradas e registradas considerando-se o método da equivalência patrimonial e não pelo valor justo ou custo da aquisição como requerida pelas IFRSs.

As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Consolidado - IFRS e BR GAAP”.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais práticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas n^{os} 2 e 3 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013”), publicadas no dia 19 de março de 2014 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

Notas Explicativas

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2.20 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 2.20 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, não há impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias.

4. Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detiver a maioria das ações com direito a voto).

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

	30/09/2014	31/12/2013
Controladas diretas:		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (i)	**100,00%**	100,00%
EIL01 Participações S.A. (ii)	**100,00%**	100,00%
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (iii)	**58,00%**	58,00%
EIL02 S.A. (iv)	**100,00%**	100,00%
EIL03 S.A. (v)	**100,00%**	100,00%
EIL04 S.A. (vi)	**100,00%**	100,00%
Ecoporto Santos S.A. (vii)	**100,00%**	100,00%
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. (viii)	**100,00%**	100,00%
Ecoporto Transporte Ltda. (ix)	**100,00%**	100,00%
Controladas em conjunto:		
Elog S.A. (x)	**80,00%**	80,00%
Serviços de Tecnologia e Pagamentos S.A. - STP (xi)	**-**	11,41%
Consórcio Rota Metropolitana Norte (xii)	**20,00%**	-
Controladas indiretas:		
Via EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (xiii)	**100,00%**	100,00%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (xiv)	**100,00%**	100,00%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (xv)	**100,00%**	100,00%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (xvi)	**100,00%**	100,00%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (xvii)	**90,00%**	90,00%
Via Elog S.A.:		
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (xviii)	**100,00%**	100,00%
ELG-01 Participações Ltda. (xix)	**100,00%**	100,00%
Elog Logística Sul Ltda. (xx)	**100,00%**	100,00%
Anish Empreendimentos e Participações Ltda. (xxi)	**100,00%**	100,00%
Paquetá Participações Ltda. (xxii)	**100,00%**	100,00%

Notas Explicativas

a) As atividades e as principais informações econômicas das controladas diretas, indiretas e em conjunto são conforme segue:

Controladas diretas

(i) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. tem por objeto social participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para outras empresas do Grupo EcoRodovias. A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. controla as empresas do segmento de concessionárias de rodovias de Grupo EcoRodovias, são elas: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas e Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul. A seguir, a Companhia apresenta o quadro consolidado da EcoRodovias Concessões e Serviços e suas controladas:

	30/09/2014								
	Companhia	**Ecopistas**	**Ecocataratas**	**Ecovias**	**Ecosul**	**Ecovia**	**Subtotal**	**Eliminações**	**Consolidado**
Ativo									
Circulante	**340.447**	**157.184**	**53.215**	**217.612**	**33.532**	**16.671**	**818.661**	**(24.323)**	**794.338**
Não circulante	**1.398.276**	**1.038.043**	**442.579**	**1.452.126**	**186.619**	**181.417**	**4.699.060**	**(1.287.616)**	**3.411.444**
Total	**1.738.723**	**1.195.227**	**495.794**	**1.669.738**	**220.151**	**198.088**	**5.517.721**	**(1.311.939)**	**4.205.782**
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante	**67.445**	**109.596**	**36.469**	**154.529**	**130.560**	**138.381**	**636.980**	**(24.325)**	**612.655**
Não circulante	**856.880**	**750.900**	**124.814**	**1.100.423**	**21.721**	**11.007**	**2.865.745**	**(93.803)**	**2.771.942**
Participações minoritários	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.787**	**6.787**
Patrimônio líquido	**814.398**	**334.731**	**334.511**	**414.786**	**67.870**	**48.700**	**2.014.996**	**(1.200.598)**	**814.398**
Total	**1.738.723**	**1.195.227**	**495.794**	**1.669.738**	**220.151**	**198.088**	**5.517.721**	**(1.311.939)**	**4.205.782**
Demonstração do resultado									
Receita líquida	**132.396**	**255.397**	**187.736**	**845.078**	**158.488**	**185.303**	**1.764.398**	**(126.698)**	**1.637.700**
Lucro bruto	**44.127**	**80.472**	**78.716**	**395.717**	**92.028**	**102.204**	**793.264**	**(50.427)**	**742.837**
Lucro operacional	**315.732**	**484**	**49.888**	**284.247**	**71.681**	**78.569**	**800.601**	**(320.313)**	**480.288**
Lucro do período	**306.522**	**164**	**33.335**	**192.184**	**47.308**	**52.054**	**631.567**	**(325.045)**	**306.522**

(ii) A EIL01 Participações S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir, as principais informações acerca desse investimento que refletem na consolidação da Companhia:

Contas	**EIL01**
	30/09/2014
Ativo circulante	**269**
Ativo não circulante	**-**
Total do ativo	**269**
Passivo circulante	**1**
Patrimônio líquido	**268**
Total do passivo e patrimônio líquido	**269**
Receitas (despesas)	**-**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**-**
Resultado financeiro	**19**
Lucro operacional antes dos impostos	**19**

Notas Explicativas

Contas	EIL01
	30/09/2014
Imposto de renda e contribuição social	(5)
Lucro líquido do exercício	14
Atribuível a:	-
Companhia	14
Outros acionistas	-

(iii) A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., constituída em 22 de março de 2012, tem por objeto social a exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. Em 1º de novembro de 2013, após cumprimento das condições precedentes, foi concluída, por meio da celebração de Contrato de Compra e Venda de Ações e efetiva transferência de ações a operação de venda de 27,5% das ações representativas do capital social da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., que explora a rodovia BR 101 ES/BA. Com a conclusão da operação, a Companhia passou a deter 58% do capital social da ECO101.

A seguir, as principais informações, em seu valor integral, acerca desse investimento:

Contas	ECO101
	30/09/2014
Ativo circulante	50.054
Ativo não circulante	276.587
Total do ativo	326.641
Passivo circulante	21.161
Passivo não circulante	189.411
Patrimônio líquido	116.069
Total do passivo e patrimônio líquido	326.641
Receita de pedágio e acessórias	66.443
Receita de construção	174.198
Receita bruta	240.641
Deduções da receita	(5.633)
Receita líquida	235.008
Custo dos serviços prestados	(224.103)
Lucro bruto	10.905
Receitas (despesas) operacionais	(21.454)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(10.549)
Resultado financeiro	(9.011)
Prejuízo operacional antes dos impostos	(19.560)
Imposto de renda e contribuição social	6.321
Prejuízo do exercício	(13.239)
Atribuível a:	
Companhia	(7.679)
Outros acionistas	(5.560)

(iv) A EIL02 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir, as principais informações, em seu valor integral, acerca desse investimento:

Contas	EIL02
	30/09/2014
Ativo circulante	1
Ativo não circulante	-
Total do ativo	1

Notas Explicativas

Contas	EIL02
	30/09/2014
Passivo circulante	-
Passivo não circulante	-
Patrimônio líquido	1
Total do passivo e patrimônio líquido	1

(v) A EIL03 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir, as principais informações, em seu valor integral, acerca desse investimento:

Contas	EIL03
	30/09/2014
Ativo circulante	1
Ativo não circulante	-
Total do ativo	1
Passivo circulante	-
Passivo não circulante	-
Patrimônio líquido	1
Total do passivo e patrimônio líquido	1

(vi) A EIL04 S.A. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. A seguir, as principais informações, em seu valor integral, acerca desse investimento:

Contas	EIL04
	30/09/2014
Ativo circulante	1
Ativo não circulante	-
Total do ativo	1
Passivo circulante	-
Passivo não circulante	-
Patrimônio líquido	1
Total do passivo e patrimônio líquido	1

(vii) A Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi - Terminal para Contêineres da Margem Direita S.A.) é uma empresa brasileira que realiza operações portuárias e também o manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação, com terminal próprio no Porto de Santos, nos termos da licitação 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

(viii) A Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. é uma empresa brasileira, dedicada ao manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.

Notas Explicativas

(ix) A Ecoporto Transporte Ltda. (anteriormente denominada Termlog Transporte e Logística Ltda.) atua na movimentação interna de contêineres das empresas Ecoporto Santos e Termares, e expande seus serviços para atender ao mercado de transporte de carga fracionada e de distribuição.

As empresas Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi), Termares e Ecoporto Transporte Ltda. formam o "Ecoporto Santos" (anteriormente denominado Complexo Tecondi). Dessa forma a Companhia apresenta abaixo, de forma consolidada, os efeitos nas informações trimestrais consolidadas.

	30/09/2014					
Contas	**Ecoporto Santos**	**Termares**	**Termlog**	**Combinado**	**Eliminações**	**Consolidado**
Ativo circulante	**65.218**	**40.753**	**9.800**	**115.771**	**-**	**115.771**
Ativo não circulante	**761.577**	**55.702**	**8.176**	**825.455**	**(38.096)**	**787.359**
Total do ativo	**826.795**	**96.455**	**17.976**	**941.226**	**(38.096)**	**903.130**
Passivo circulante	**212.381**	**16.816**	**5.730**	**234.927**	**(38.096)**	**196.831**
Passivo não circulante	**580.927**	**7.902**	**4.613**	**593.442**	**-**	**593.442**
Patrimônio líquido	**33.487**	**71.737**	**7.633**	**112.857**	**-**	**112.857**
Total do passivo e PL	**826.795**	**96.455**	**17.976**	**941.226**	**(38.096)**	**903.130**
Receita líquida	**258.045**	**85.440**	**14.511**	**357.996**	**(14.410)**	**343.586**
Lucro bruto	**121.024**	**57.623**	**(863)**	**177.784**	**-**	**177.784**
Lucro operacional	**3.939**	**18.284**	**(1.416)**	**20.807**	**-**	**20.807**
Lucro líquido do exercício	**1.114**	**12.046**	**(945)**	**12.215**	**-**	**12.215**

Controladas em conjunto

(i) A Elog S.A. tem por atividade a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes. Além disso é a *holding* do segmento de logística da Companhia. Em atendimento ao CPC36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a Elog S.A. deixou de ser consolidada proporcionalmente (80%) pela Companhia e passou a ser registrada apenas pelo método da equivalência patrimonial, a partir de 1º de janeiro de 2012. A seguir, a Companhia apresenta integralmente as operações da Elog S.A. incluindo suas controladas:

Notas Explicativas

	30/09/2014								
	Elog Sul	Elog S.A.	ELG-01	Ecopátio Cubatão	Paquetá Particip.	Anish Emp.	Combinado	Eliminações	Total de operações logísticas
Ativo circulante	22.110	80.635	2	16.196	-	16	118.959	(17.401)	101.558
Ativo não circulante	46.728	549.174	51.458	134.707	11.000	51.472	844.539	(293.694)	550.845
Total do ativo	68.838	629.809	51.460	150.903	11.000	51.488	963.498	(311.095)	652.403
Passivo circulante	27.503	107.485	1	5.679	-	240	140.908	(17.401)	123.507
Passivo não circulante	6.416	256.314	-	157	-	-	262.887	-	262.887
Patrimônio líquido	34.919	266.010	51.459	145.067	11.000	51.248	559.703	(293.694)	266.009
Total do passivo e patrimônio líquido	68.838	629.809	51.460	150.903	11.000	51.488	963.498	(311.095)	652.403
Receita líquida	63.212	119.569	-	28.470	-	-	211.251	(421)	210.830
Lucro bruto	16.957	20.471	-	921	-	-	38.349	(10.053)	28.296
Lucro/prejuízo operacional	4.872	(45.136)	(1.917)	(1.613)	(12)	(1.472)	(45.278)	1.076	(44.202)
Lucro/prejuízo líquido do exercício	3.533	(26.498)	(1.917)	(1.208)	(12)	(1.472)	(27.574)	1.076	(26.498)
Atribuível a:									
Companhia									(21.199)
Outros acionistas									(5.299)

Notas Explicativas

(ii) A Serviços de Tecnologia e Pagamentos S.A. - STP tem por atividade operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos (IAV) no Brasil. A STP está presente em 52 concessionárias de rodovias no País, nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 04 de fevereiro de 2014, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4.b, a participação detida na STP foi integralmente vendida. A seguir, a Companhia apresenta as principais informações desse investimento na visão de 100% de suas operações registradas até fevereiro de 2014.

Contas	STP
	28/02/2014
Ativo circulante	887.257
Ativo não circulante	159.360
Total do ativo	1.046.617
Passivo circulante	885.766
Passivo não circulante	2.577
Patrimônio líquido	158.274
Total do passivo e patrimônio líquido	1.046.617
Receita líquida	106.319
Custo dos serviços prestados	(30.990)
Lucro bruto	75.329
Receitas (despesas) operacionais	(24.952)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	50.377
Resultado financeiro	2.121
Lucro operacional antes dos impostos	52.498
Imposto de renda e contribuição social	(18.396)
Lucro líquido do exercício	34.102
Atribuível a:	
Companhia	3.891
Outros acionistas	30.211

Controladas indiretas

(iii) Em 17 de setembro de 2014, o Consórcio Rota Metropolitana Norte, composto pela EcoRodovias Infraestrutura (20%), Odebrecht Transporte S.A. (60%) e Barbosa Mello Participações e Investimentos S.A. (20%) teve sua proposta da licitação para Concessão Patrocinada para Exploração do Contorno Metropolitano Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte homologada e adjudicada pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais. O projeto contempla a implantação, ampliação e operação de 66 km de rodovia com investimentos em obras e desapropriações. O consórcio ofertou uma contraprestação mensal de R$20.728 mil a ser paga pelo Poder Concedente à concessionária.

(iv) A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social, exclusivo, a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

(v) A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do Corredor Ayrton Senna - Carvalho Pinto.

Notas Explicativas

(vi) A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

(vii) A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 03 de novembro de 1997, tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 003 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

Em decorrência de reestruturação societária, através de aporte de capital ocorrido em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser controlada direta da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

(viii) A Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001, e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

(ix) A Ecopátio Logística Cubatão Ltda. foi constituída em 04 de abril de 2006, com a atividade de administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos. Esse terminal está localizado no município de Cubatão - SP e possui uma área de 442,7 mil m^2, que permitiu a criação de vagas para caminhões, cargas e contêineres. Essa área, pertencente ao município de Cubatão - SP, é objeto de concessão de acordo com Escritura Pública de Contrato de Concessão Real de Uso de Imóvel do Patrimônio Municipal de Cubatão, com prazo final em dezembro de 2029. A Ecopátio Cubatão atua como um terminal alfandegado desde 2010, quando passou a operar como terminal de exportação sob licença Redex - Recinto Especial de Despacho Aduaneiro de Exportação. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, km 263.

(x) A ELG-01 Participações Ltda., constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.

(xi) A Elog Logística Sul Ltda., anteriormente denominada EADI Sul Terminal de Cargas Ltda., tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados, para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.

(xii) A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objeto empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais como sócia, "*holding*", acionista ou cotista.

(xiii) A Paquetá Participações Ltda. tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como, mas não limitados a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza e a participação direta ou indireta na qualidade de sócia ou acionista de quaisquer sociedades.

Notas Explicativas

b) Venda de participação

Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP

Em 04 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou contrato de venda da totalidade de sua participação no capital da STP (11,41%), para a Feelane I, LLC e Freelane II, LLC, controladas por Capital Internacional Private Equity Fund VI. L.P. e sua afiliada CGPEVI, L.P., pelo valor total de R$292.127 (R$291.016 líquido, descontado 0,38% de IOF). As condições precedentes foram cumpridas em 20 de março de 2014 com a efetiva transferência das ações decorrentes dessa operação.

Os efeitos da venda dessa participação estão demonstrados a seguir:

Ativo	20/03/2014
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	210.868
Clientes	673.085
Tributos a recuperar	1.323
Despesas antecipadas	710
Outros créditos	1.271
Total do ativo circulante	887.257
Não circulante	
Depósitos judiciais	631
Tributos diferidos	6.161
Imobilizado e intangível	152.568
Total do ativo não circulante	159.360
Total do ativo	1.046.617
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	
Fornecedores	783.111
Impostos e contribuições a recolher	5.451
Dividendos a pagar	59.649
Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.261
Outras contas a pagar	25.294
Total do passivo circulante	885.766
Não circulante	
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	2.471
Outras contas a pagar	106
Total do passivo não circulante	2.577
Patrimônio líquido	158.274
Total passivo e patrimônio líquido	1.046.617
Participação - 11,41%	18.059
Valor total da venda	292.126
Ganho na venda do investimento	274.067

O valor do ganho na venda do investimento encontra-se registrado na rubrica “Outras receitas líquidas” da demonstração do resultado.

Notas Explicativas

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, que prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, na proporção de sua participação (11,41%), de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos ou contingências de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, cível, concorrencial, regulatória, de defesa do consumidor ou de qualquer natureza, independentemente de verificação de culpa ou dolo. O contrato prevê as seguintes limitações:

(i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R$50 por perda individual e limite máximo de 20% (vinte por cento) do preço de aquisição apenas em algumas hipóteses. Em outras, o valor é limitado a 100% (cem por cento) do Preço de Aquisição; (ii) A indenização não é aplicável a perdas decorrentes de fatos, atos, eventos e/ou omissões que tenham sido revelados no Contrato e em seus anexos; (iii) O limite temporal de 3 (três) anos é aplicável apenas em algumas hipóteses. Em outras, o limite é o prazo prescricional aplicável à natureza da respectiva perda.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	**31/12/2013**	**30/09/2014**	**31/12/2013**
Caixa e bancos	**114**	101	**17.375**	19.099
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	**107.680**	176.787	**690.167**	1.010.792
Compromissadas e Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	**202**	128	**11.320**	41.152
	107.996	177.016	**718.862**	1.071.043

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Em 30 de setembro de 2014, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 42,71% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 48,43% em Operações Compromissadas, 4,79% em Letra Financeira (LF) e 4,07% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 102,1% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Os recursos não vinculados se referem, substancialmente, às aplicações financeiras compromissadas, remuneradas a taxa média ponderada de 96,4% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sem o risco de mudança significativa de valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses e possuem liquidez imediata e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 30 de setembro de 2014, o valor aplicado nessa modalidade, no consolidado é de R$4.107 (R$6.492 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

6. Títulos e valores mobiliários - vinculados - consolidado

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	30/09/2014	31/12/2013
CDBs (a)	**39.558**	18.249
Fundo de Investimento (a)	**57.114**	52.491
Poupança (b)	**2.994**	10.805
	99.666	81.545
Circulante	**99.033**	70.740
Não circulante	**633**	10.805

(a) Os CDBs e fundos de investimento são remunerados à taxa de 96,8% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada exercício. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide Nota Explicativa nº 19). A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário.

(b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA); os valores serão corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.

7. Clientes - consolidado

A composição está assim representada:

	30/09/2014	31/12/2013
Nacional (a)	**169.854**	145.034
Internacional (b)	**9.648**	11.903
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (c)	**(3.909)**	(5.286)
	175.593	151.651

(a) Representados, substancialmente, por clientes de portos, locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

(b) Representados, substancialmente, por clientes do segmento portuário.

(c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente, das operações dos portos.

O "*aging list*" das contas a receber está assim representado:

	30/09/2014	31/12/2013
A vencer	**171.327**	148.029
Vencidos:		
Até 30 dias	**3.395**	2.832
De 31 a 90 dias	**871**	790
Acima de 90 dias	**3.909**	5.286
	179.502	156.937

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30/09/2014	30/09/2013
Saldo inicial	**5.286**	2.239
Valores recuperados no período	**(2.107)**	(67)
Constituição de PCLD no período	**730**	2.632
Saldo final	**3.909**	4.804

Notas Explicativas

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do exercício.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recuperar	**12.350**	14.809	**28.108**	33.371
Lei Rouanet nº 8.313/91	**-**	-	**2.197**	42
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL a recuperar	**-**	-	**568**	223
COFINS a recuperar sobre insumos	**85**	-	**1.471**	685
ISS a recuperar	**-**	-	**1.074**	943
Outros	**18**	38	**1.079**	1.312
	12.453	14.847	**34.497**	36.576

9. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber - Controladora

	31/12/2013	Propostos	Recebidos	30/09/2014
Elog S.A.	12.336	-	-	**12.336**
Ecoporto Santos S.A.	-	2.185	(2.185)	**-**
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	-	296.782	(296.782)	**-**
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	-	10.942	(10.942)	**-**
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	2.036	4.985	(7.021)	**-**
	14.372	314.894	(316.930)	**12.336**

10. Despesas antecipadas - consolidado

O saldo de R$11.346, classificado no ativo circulante e não circulante (R$7.155 em 31 de dezembro de 2013), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na Nota Explicativa nº 34.

11. Depósitos judiciais - consolidado

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

	30/09/2014	30/09/2013
Saldo inicial	**88.399**	79.472
Adições	**41.157**	3.137
Baixas/estornos	**(9.715)**	(1.683)
Atualização monetária	**7.487**	4.806
Saldo final	**127.328**	85.732

12. Investimentos

(a) Controladora

	Valores das investidas 30/09/2014		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	30/09/2013
Elog S.A.	266.009	(26.498)	**80**	80	**212.807**	234.006	**(21.199)**	(14.039)
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	814.398	306.522	**100**	100	**814.398**	803.480	**306.522**	351.071
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (a)	-	34.106	**-**	11,41	**-**	19.153	**3.891**	16.187
EIL 02 S.A.	1	-	**100**	100	**1**	1	**-**	-
EIL 03 S.A.	1	-	**100**	100	**1**	1	**-**	-
EIL 04 S.A.	1	-	**100**	100	**1**	1	**-**	-
EIL-01 Participações Ltda.	268	14	**100**	100	**268**	254	**14**	246
Ecoporto Santos S.A.	33.487	1.114	**100**	100	**33.487**	34.225	**1.114**	23.316
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	71.737	12.046	**100**	100	**71.737**	70.639	**12.046**	12.857
Ecoporto Transporte Ltda.	7.633	(945)	**100**	100	**7.633**	8.578	**(945)**	15.640
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	116.069	(13.239)	**58**	58	**67.320**	31.414	**(7.679)**	(10.382)
Consórcio Rota Metropolitana Norte	-	-	**20**	-	**-**	-	**-**	-
Lucros não realizados	-	-	**-**	-	**(6.972)**	(7.221)	**249**	246
					1.200.681	1.194.531	**294.013**	395.142

(a) Vide Nota Explicativa nº 4.b.

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de setembro de 2013 está apresentada a seguir:

	31/12/2012	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Reclassificação outros créditos	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/09/2013
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	776.115	(274.055)	-	211	351.071	853.342
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	20.574	(15.653)	-	-	16.187	21.108
EIL-01 Participações Ltda.	1	-	-	-	246	247
Elog S.A.	254.941	-	(10)	-	(14.039)	240.892
Ecoporto Santos S.A.	12.593	-	-	-	23.316	35.909
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	79.279	(28.805)	-	-	12.857	63.331
Ecoporto Transporte Ltda.	24.889	(30.102)	-	-	15.640	10.427
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	58.825	-	-	-	(10.382)	48.443
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	(7.021)	-	-	-	246	(6.775)
	1.220.196	(348.615)	(10)	211	395.142	1.266.924

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de setembro de 2014 está apresentada a seguir:

	31/12/2013	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos (a)	Aporte de capital	Baixa	Venda de participação	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/09/2014
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	803.480	**(296.782)**	**-**	**-**	**-**	**1.178**	**306.522**	**814.398**
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (b)	19.153	**(4.985)**	**-**	**-**	**(18.059)**	**-**	**3.891**	**-**
EIL-01 Participações Ltda.	254	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**14**	**268**
EIL02 S.A.	1	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**
EIL03 S.A.	1	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**
EIL04 S.A.	1	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**
Elog S.A.	234.006	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(21.199)**	**212.807**
Ecoporto Santos S.A.	34.225	**(2.185)**	**-**	**-**	**-**	**333**	**1.114**	**33.487**
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	70.639	**(10.942)**	**-**	**(6)**	**-**	**-**	**12.046**	**71.737**
Termlog Transporte e Logística Ltda.	8.578	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(945)**	**7.633**
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	31.414	**-**	**43.500**	**-**	**-**	**85**	**(7.679)**	**67.320**
Consórcio Rota Metropolitana Norte	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Lucros não realizados	(7.221)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**249**	**(6.972)**
	1.194.531	**(314.894)**	**43.500**	**(6)**	**(18.059)**	**1.596**	**294.013**	**1.200.681**

(a) Vide Nota Explicativa nº 9.

(b) Vide Nota Explicativa nº 4.b.

Os principais saldos das controladas (totais de ativos, passivos, receitas e lucro do exercício) estão apresentados na Nota Explicativa nº 4.

Notas Explicativas

Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2012	Amortização	30/09/2013
Ágio - Ecosul	6.809	(386)	6.423
Ágio - Elog	231.326	97	231.422
Ágio - Ecoportos	758.017	(19.575)	738.443
	996.152	(19.864)	976.288

	31/12/2013	Amortização	30/09/2014
Ágio - Ecosul	6.295	**(385)**	**5.910**
Ágio - Elog	231.455	**97**	**231.552**
Ágio - Ecoportos	731.918	**(19.575)**	**712.343**
	969.668	**(19.863)**	**949.805**

(b) Consolidado

	Valores das investidas 30/09/2014		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	30/09/2013
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (a)	**-**	**34.106**	**-**	11,41	**-**	19.153	**3.891**	16.187
Elog S.A.	**266.009**	**(26.498)**	**80**	80	**212.807**	234.006	**(21.199)**	(14.039)
					212.807	253.159	**(17.308)**	2.148

(a) Vide Nota Explicativa nº 4.b.

13. Imobilizado

a) Controladora

		Custo				Depreciação			Residual	
	Taxas médias de depreciação - %	**Saldos em 31/12/2012**	**Adições**	**Baixas**	**Saldos em 30/09/2013**	**Saldos em 31/12/2012**	**Adições**	**Saldos em 30/09/2013**	**30/09/2013**	**31/12/2012**
Hardware	10,6	938	129	-	**1.067**	(659)	**(80)**	**(739)**	**328**	279
Máquinas e equipamentos	10,2	248	-	-	**248**	(162)	**(19)**	**(181)**	**67**	86
Móveis e utensílios	2,6	468	-	-	**468**	(264)	**(36)**	**(300)**	**168**	204
Edificações	3,9	1.956	-	-	**1.956**	(455)	**(38)**	**(493)**	**1.463**	1.501
Outros	10,7	3.089	7	-	**3.096**	(577)	**(250)**	**(827)**	**2.269**	2.512
		6.699	136	-	**6.835**	(2.117)	**(423)**	**(2.540)**	**4.295**	4.582

		Custo				Depreciação			Residual	
	Taxas médias de depreciação - %	**Saldos em 31/12/2013**	**Adições**	**Baixas**	**Saldos em 30/09/2014**	**Saldos em 31/12/2013**	**Adições**	**Saldos em 30/09/2014**	**30/09/2014**	**31/12/2013**
Hardware	10,8	1.107	**93**	**-**	**1.200**	(768)	**(94)**	**(862)**	**338**	339
Máquinas e equipamentos	10,2	248	**-**	**-**	**248**	(188)	**(19)**	**(207)**	**41**	60
Móveis e utensílios	10,3	468	**-**	**-**	**468**	(312)	**(36)**	**(348)**	**120**	156
Edificações	3,9	1.956	**-**	**-**	**1.956**	(531)	**(57)**	**(588)**	**1.368**	1.425
Imobilizado em andamento	-	32	**41**	**-**	**73**	-	**-**	**-**	**73**	32
Outros	9,9	3.212	**-**	**(122)**	**3.090**	(885)	**(231)**	**(1.116)**	**1.974**	2.327
		7.023	**134**	**(122)**	**7.035**	(2.684)	**(437)**	**(3.121)**	**3.914**	4.339

b) Consolidado

		Custo					Depreciação			Residual	
	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 30/09/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 30/09/2013	30/09/2013	31/12/2012
Hardware e equipamentos de pedágio	10,8	165.173	15.303	(246)	46	180.276	(116.108)	(13.997)	(130.105)	50.171	49.065
Máquinas e equipamentos	16,9	144.635	4.431	(2)	4.040	153.104	(53.162)	(19.139)	(72.301)	80.803	91.473
Móveis e utensílios	7,2	19.047	821	(5)	(27)	19.836	(6.982)	(1.056)	(8.038)	11.798	12.065
Terrenos	-	5.255	41	-	-	5.296	-	-	-	5.296	5.255
Edificações	4,6	35.051	488	-	-	35.539	(14.943)	(1.218)	(16.161)	19.378	20.108
Imobilizado em andamento	-	21.657	11.222	(122)	(13.070)	19.687	-	-	-	19.687	21.657
Benfeitorias	3,2	182.932	945	-	6.761	190.638	(41.247)	2.357	(38.890)	151.748	141.685
Veículos	13,1	24.371	252	(15)	-	24.608	(6.785)	(2.414)	(9.199)	15.409	17.586
Outros	5,4	51.209	12.599	(4.147)	(12.484)	47.177	(5.092)	1.670	(3.422)	43.755	46.117
		649.330	46.102	(4.537)	(14.734)	676.161	(244.319)	(33.797)	(278.116)	398.045	405.011

		Custo					Depreciação				Residual	
	Taxas médias de depreciação - %	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 30/09/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferência	Saldos em 30/09/2014	30/09/2014	31/12/2013
Hardware e equipamentos de pedágio	11,9	**198.447**	26.353	(227)	-	**224.573**	**(135.760)**	**(18.835)**	**145**	**-**	**(154.450)**	**70.123**	**62.687**
Máquinas e equipamentos	12,2	**155.702**	10.031	(35)	692	**166.390**	**(78.592)**	**(14.853)**	**6**	**-**	**(93.439)**	**72.951**	**77.110**
Móveis e utensílios	8,2	**20.824**	2.600	(112)	-	**23.312**	**(8.407)**	**(1.349)**	**79**	**-**	**(9.677)**	**13.635**	**12.417**
Terrenos	-	**5.433**	192	-	-	**5.625**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.625**	**5.433**
Edificações	4,6	**35.539**	-	-	-	**35.539**	**(16.576)**	**(1.240)**	**-**	**-**	**(17.816)**	**17.723**	**18.963**
Imobilizado em andamento	-	**17.934**	15.813	(77)	(4.949)	**28.721**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**28.721**	**17.934**
Benfeitorias	3,2	**192.355**	5.813	(3)	2.315	**200.480**	**(41.034)**	**(4.810)**	**-**	**-**	**(45.844)**	**154.636**	**151.321**
Veículos	18,4	**25.282**	4.162	(352)	-	**29.092**	**(11.149)**	**(3.728)**	**272**	**-**	**(14.605)**	**14.487**	**14.133**
Outros	6,7	**69.682**	47.124	(1.007)	(3.818)	**111.981**	**(1.660)**	**(4.442)**	**(48)**	**1.512**	**(4.638)**	**107.343**	**68.022**
		721.198	112.088	(1.813)	(5.760)	**825.713**	**(293.178)**	**(49.257)**	**454**	**1.512**	**(340.469)**	**485.244**	**428.020**

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica “Outros” (caminhões e reboque), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 17). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 19) não existem garantias dessa natureza.

No período findo em 30 de setembro de 2014 foram capitalizados R$250 referentes a encargos financeiros (R$927 em 30 de setembro de 2013).

Ao final de cada exercício, a Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

14. Intangível

a) Controladora

		Custo			Amortização			Residual	
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 30/09/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 30/09/2013	30/09/2013	31/12/2012
Software de terceiros	13,8	300	56	356	(227)	(34)	(261)	95	73
		300	56	356	(227)	(34)	(261)	95	73

		Custo			Amortização			Residual	
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 30/09/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 30/09/2014	30/09/2014	31/12/2013
Software de terceiros	13,6	**361**	197	**558**	**(267)**	**(47)**	**(314)**	**244**	**94**
		361	197	**558**	**(267)**	**(47)**	**(314)**	**244**	**94**

b) Consolidado

		Custo					Amortização			Residual	
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2012	Adições (i)	Baixas	Transfer.	Saldos em 30/09/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 30/09/2013	30/09/2013	31/12/2012
Contratos de concessão	(ii)	4.266.044	337.653	(1.054)	52.844	4.655.487	(1.147.115)	(117.018)	(1.264.133)	3.391.354	3.118.929
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-	8.561	(1.756)	(384)	(2.140)	6.421	6.805
Software de terceiros	14,3	47.224	6.773	(11)	1.339	55.325	(28.377)	(5.591)	(33.968)	21.357	18.847
Intangível em andamento	-	38.115	39.285	-	(39.449)	37.951	-	-	-	37.951	38.115
Ágio Elog	-	236.133	31	-	-	236.164	(4.808)	65	(4.743)	231.421	231.325
Outros	-	230	10	(1)	-	239	(6)	(30)	(36)	203	224
		4.596.307	383.752	(1.066)	14.734	4.993.727	(1.182.062)	(122.958)	(1.305.020)	3.688.707	3.414.245

		Custo					Amortização					Residual	
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2013	Adições (i)	Baixas	Transferência	Saldos em 30/09/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/09/2014	30/09/2014	31/12/2013
Contratos de concessão	(ii)	**4.840.269**	564.548	(1.502)	14.463	**5.417.778**	**(1.326.827)**	**(161.283)**	**84**	**(1.512)**	**(1.489.538)**	**3.928.240**	3.513.442
Ágio Ecosul	-	**8.561**	-	-	-	**8.561**	**(2.266)**	**(384)**	**-**	**-**	**(2.650)**	**5.911**	6.295
Software de terceiros	13,6	**62.115**	9.072	(108)	2.698	**73.777**	**(36.025)**	**(7.076)**	**5**	**-**	**(43.096)**	**30.681**	26.090
Intangível em andamento	-	**33.875**	43.554	(184)	(11.401)	**65.844**	**-**	**-**		**-**	**-**	**65.844**	33.875
Ágio Elog	-	**236.133**	-	-	-	**236.133**	**(4.680)**	**64**	**-**	**-**	**(4.616)**	**231.517**	231.453
Outros	-	**233**	-	-	-	**233**	**(36)**	**-**	**-**	**-**	**(36)**	**197**	197
		5.181.186	617.174	(1.794)	5.760	**5.802.326**	**(1.369.834)**	**(168.679)**	**89**	**(1.512)**	**(1.539.936)**	**4.262.390**	3.811.352

(i) Os principais valores de aquisição de que trata essa linha se referem a restaurações da rodovia e melhorias no sistema rodoviário em geral, tais como acessos e dispositivos de segurança, adequação de trevos, alargamento e reforço de pontes, construção de faixas adicionais, construção de pistas marginais e duplicação de rodovias. Os valores estão concentrados na Eco101 R$151.693 dos trabalhos iniciais da operação; na Ecovias R$170.988 sendo as principais obras a adequação do trevo de Cubatão e a implantação da 3ª faixa do km 262 a 270 da SP055 e na Ecopistas R$57.566 sendo a principal obra a construção da Marginal da Rodovia Ayrton Senna.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas de amortização em 30 de setembro de 2014 foram em média 4,18% a.a. (3,47% a.a. em 30 de setembro de 2013).

Notas Explicativas

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial				Resultado
	31/12/2013	**Adições**	**Baixas**	**30/09/2014**	**30/09/2014**
Realização do ágio na incorporação	418.024	-	(38.620)	**379.404**	**(38.620)**
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	33.514	3.608	(653)	**36.469**	**2.955**
Prejuízo fiscal base negativa	42.961	43.626	(11.527)	**75.060**	**32.099**
Regime Tributária de Transição - RTT (*)	(4.514)	(5.337)	1.059	**(8.792)**	**(4.278)**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.560	228	(1.045)	**743**	**(817)**
Variação cambial	3.149	2.652	(3.171)	**2.630**	**(519)**
Provisão para férias diretoria	187	161	(118)	**230**	**43**
Goodwill investimento Elog	(207)	(33)	-	**(240)**	**(33)**
Ajuste taxa efetiva	-	(7.222)	4.695	**(2.527)**	**(2.527)**
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	**494.674**	**37.683**	**(49.380)**	**482.977**	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					**(11.697)**

	30/09/2014	**31/12/2013**
Ativo fiscal diferido	**528.121**	531.563
Passivo fiscal diferido	**(45.144)**	(36.889)
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo	**482.977**	494.674

Saldo em 31 de dezembro de 2013	**494.674**
Despesa de imposto reconhecido no resultado	**(11.697)**
Saldo em 30 de setembro de 2014	**482.977**

(*) O RTT contempla ICPC-01, juros capitalizados, Ajuste a Valor Presente (AVP) do Ônus da concessão e depreciação societária.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado	
	30/09/2014	**31/12/2013**
2014	**9.786**	36.895
2015	**50.442**	43.392
2016	**70.755**	63.281
2017	**69.732**	62.334
2018	**97.467**	86.003
2019 a 2023	**205.743**	218.834
Após 2023	**(20.948)**	(16.065)
	482.977	494.674

Notas Explicativas

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	**30/09/2013**	**30/09/2014**	**30/09/2013**
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	**464.025**	309.565	**634.506**	512.783
Alíquota fiscal vigente	**34%**	34%	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	**(157.769)**	(105.252)	**(215.732)**	(174.346)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	**99.964**	126.909	**(5.884)**	730
Juros sobre capital próprio	**7.103**	-	**7.103**	-
Despesas indedutíveis	**(55)**	-	**(415)**	(89)
Lucro presumido	**-**	-	**-**	4.553
Amortização de ágio	**(32)**	(32)	**(5.675)**	(5.571)
Incentivos fiscais (PAT)	**-**	-	**722**	616
Créditos tributários não constituídos - controladora (*)	**-**	(23.346)	**-**	-
Créditos tributários não constituídos - controladas (**)	**-**	-	**-**	(34.870)
Compensação de prejuízos fiscais	**18.632**	-	**18.632**	-
Ajuste taxa efetiva (***)	**(2.527)**	-	**(2.527)**	-
Outros	**(11.332)**	1.714	**(13.550)**	8.512
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(46.016)**	(7)	**(217.326)**	(200.465)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(43.456)**	26	**(205.629)**	(166.467)
Impostos diferidos	**(2.560)**	(33)	**(11.697)**	(33.998)
Taxa efetiva	**-**	(7)	34,3,%	39,1%

(*) Trata-se de prejuízo fiscal da Companhia (controladora) para o qual não se apresentava expectativa de realização nos próximos cinco anos.

(**) Trata-se de prejuízo fiscal da Eco101, não realizado a contabilização do ativo diferido em 30 de setembro de 2013.

(***) Conforme CPC 21, a Companhia reconheceu no período a melhor estimativa da alíquota efetiva esperada para o encerramento do exercício social.

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	**30/09/2013**	**30/09/2014**	**30/09/2013**
Saldo inicial provisão IR/CS - 31/12	**-**	-	**13.111**	27.765
Despesa IR/CS DRE	**43.456**	(26)	**205.629**	166.467
Total de IR/CS pagos no período	**(43.456)**	26	**(193.853)**	(168.541)
Saldo final provisão IR/CS - 30/09	**-**	-	**24.887**	25.691

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Notas Explicativas

Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas que, de acordo com o nosso entendimento, são os principais:

(a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais IFRS - International Financial Reporting Standards);

(b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

16. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Impostos sobre faturamento:				
ISS	**-**	-	**9.474**	10.230
COFINS	**-**	-	**8.843**	7.822
PIS	**-**	-	**1.177**	2.624
ISS na fonte	**97**	2	**3.736**	3.813
PIS/COFINS/CSLL s/ prestação de serviços	**-**	-	**1.661**	1.930
INSS na fonte	**-**	-	**1.012**	2.463
Outros impostos	**-**	302	**1.610**	2.024
	97	304	**27.513**	30.906

17. Empréstimos, financiamentos e notas promissórias

		Vencimento	Taxa média	Controladora		Consolidado	
Modalidade	Companhia	final	de juros	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Em moeda nacional:							
Capital de giro (c)	Ecovia	10/2014	108,4% do CDI	**-**	-	**48.597**	44.782
Capital de giro (c)	Ecovia	12/2014	108,4% do CDI	**-**	-	**28.408**	26.167
Capital de giro (c)	Ecovia	11/2014	108,0% do CDI	**-**	-	**38.408**	35.403
Capital de giro (c)	Ecosul	10/2014	CDI + 2,032% a.a.	**-**	-	**7.004**	13.469
Capital de giro (g)	Ecosul	11/2014	108% do CDI	**-**	-	**38.554**	36.640
Capital de giro (g)	Ecosul	12/2014	108,4% do CDI	**-**	-	**24.028**	22.142
Capital de giro (g)	Ecosul	10/2014	108,4% do CDI	**-**	-	**39.761**	35.538
Finame (d)	Ecocataratas	05/2017	TJLP + 5%	**-**	-	**474**	500
Finame (d)	Ecocataratas	04/2017	TJLP + 3,4%	**-**	-	**478**	563
Finame (i)	Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	**-**	-	**354**	387
Finame (j)	Ecocataratas	07/2018	3% a.a.	**-**	-	**1.111**	-
Finem (j)	Ecocataratas	07/2018	TJLP + 2,3% a.a.	**-**	-	**24.882**	29.720
Finem (b)	Ecopistas	07/2025	TJLP+ 2,45% a.a.	**-**	-	**235.773**	197.897
Finame (h)	Ecoporto Transportes	08/2016	TJLP + 6% a.a.	**-**	-	**1.924**	2.676
Finame (h)	Ecoporto Transportes	09/2016	TJLP + 6% a.a.	**-**	-	**833**	1.145
Finame (h)	Ecoporto Transportes	06/2017	7,7% a.a.	**-**	-	**2.720**	3.462
Finame (h)	Ecoporto Transportes	06/2017	7,7% a.a.	**-**	-	**88**	112
Finame (h)	Ecoporto Transportes	06/2017	7,7% a.a.	**-**	-	**987**	1.256
Finame (h)	Ecoporto Transportes	06/2017	7,7% a.a.	**-**	-	**996**	1.269
UBB (f)	Ecoporto Santos	07/2014	CDI + 0,15% a.a.	**-**	-	**-**	10.780
CCB (f)	Ecoporto Santos	06/2015	CDI + 3% a.a.	**-**	-	**11.146**	20.670
Capital de Giro (h)	Ecoporto Santos	03/2014	1,9% a.a+100%CDI	**-**	-	**-**	198
Notas promissórias (a)	EcoRodovias Infraestrutura	04/2015	105,35% do CDI	**287.567**	290.762	**287.567**	290.763
Finem - BNDES (e)	ECO101	11/2015	UMBND+3,7%	**-**	-	**50.865**	-

Notas Explicativas

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
				30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Finem - BNDES (e)	ECO101	10/2015	TJLP + 3,66% a.a.	**-**	-	**138.293**	-
Swap (f)	Ecoporto Santos	07/2014	VC+CDI+0,15%	**-**	-	**-**	5.077
Finimp (h)	Ecoporto Santos	09/2016	Libor 6M+4,6% a.a.	**-**	-	**897**	1.016
Finimp (h)	Ecoporto Santos	04/2016	Libor 6M+4,6% a.a.	**-**	-	**734**	867
Finimp (h)	Ecoporto Santos	04/2016	Libor 6M+4,6% a.a.	**-**	-	**6.164**	7.275
Finimp (h)	Ecoporto Santos	09/2016	Libor 6M+0,3% a.a.	**-**	-	**219**	241
Finame (k)	Ecoporto Santos	04/2020	6% a.a.	**-**	-	**4.925**	-
Finame (l)	Ecocataratas	07/2018	3 % a.a.	**-**	-	**206**	-
Finimp (h)	Ecoporto Santos	01/2023	Libro 6M+0,3%a.a.	**-**	-	**33.615**	-
				287.567	290.762	**1.030.011**	790.015
Circulante				**287.567**	290.762	**564.781**	571.533
Não circulante				**-**	-	**465.230**	218.482

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/09/2014	31/12/2013
2015	**198.866**	38.177
2016	**43.655**	35.715
2017	**45.510**	31.626
2018	**41.875**	27.936
2019	**35.534**	24.397
Posteriores a 2019	**99.790**	60.631
	465.230	218.482

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Saldo inicial	**290.762**	574.108	**790.015**	964.345
Adições	**274.610**	276.903	**550.040**	381.288
Encargos financeiros	**23.218**	25.742	**69.340**	53.576
Pagamento principal	**(275.000)**	(550.000)	**(330.450)**	(592.711)
Pagamento de juros	**(26.023)**	(42.929)	**(48.934)**	(56.109)
Saldo final	**287.567**	283.824	**1.030.011**	750.389

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	EcoRodovias Infraestutura e Logística S.A.	BTG Pactual/Banco Itaú Bradesco/HSBC Corretor.	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(b)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2014, sendo (i) 26,4%, (ii) 2,43 e (iii) 3,57.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(c)	Ecovia/Ecosul	Santander/HSBC	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia.
(d)	Ecocataratas	Banco do Brasil/Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.

Notas Explicativas

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(e)	ECO101	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser menor ou igual a 3,00 pontos, com base nas informações consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura.	Aval EcoRodovias Infraestrutura.
(f)	Ecoporto Santos	Unibanco	Não existem manutenção dos índices.	Alienação fiduciária de ações.
(g)	Ecosul	Santander	A razão entre (i) Endividamento Líquido e o EBITDA deverá ser menor ou igual a 1,5; a razão entre (i) o EBITDA e (ii) o Serviço da Dívida deverá ser maior ou igual a 1,5.	Cessão dos direitos creditórios decorrentes da arrecadação de pedágio de todas as praças.
(h)	Ecoporto Santos/Ecoporto Transportes	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(i)	Ecocataratas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(j)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(k)	Ecoporto Santos	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(l)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.

A Companhia apresenta, a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros em 30 de setembro de 2014:

(b) Índices financeiros Ecopistas BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	**> 20%**	**28,01%**
(ii) Cobertura da dívida	**> 1,20**	**1,81**
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	**< 4,00**	**3,86**

(g) Índices financeiros Ecosul Santander	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBTIDA	**< 1,5**	**0,78**
(ii) EBTIDA/Serviço da dívida	**> 1,5**	**5,31**

(e) Índices financeiros ECO101 BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	**≤ 3**	2,02
(ii) PL/passivo total	**> 20%**	29,36

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das notas promissórias está demonstrada a seguir:

Emissora	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR(*)
EcoRodovias Infraestrutura	02/05/2014	275.000	(390)	274.610	105,35% do CDI	11,3%

Notas Explicativas

18. Arrendamento mercantil financeiro - consolidado

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não existiam saldos a pagar na modalidade de arrendamento mercantil financeiro.

A movimentação do arrendamento mercantil financeiro em 30 de setembro de 2013 está demonstrada a seguir:

	30/09/2013
Saldo inicial	248
Encargos financeiros	-
Pagamento do principal	(238)
Pagamento de juros	(10)
Saldo final	-

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro que está registrada na rubrica "Imobilizado" se refere a caminhões e apresenta valor residual de R$209 em 30 de setembro de 2014 (R$667 em 31 de dezembro de 2013).

Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos de 17,36% ao ano e variação de encargos de 2,3% a 18,44%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração dos contratos é de 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorreu em junho de 2013. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros ("*covenants*").

19. Debêntures - consolidado

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	30/09/2014	31/12/2013
Principal corrigido	**2.844.973**	2.871.137
Remuneração (juros)	**106.617**	97.998
Custos com emissão de debêntures (*)	**(51.874)**	(58.527)
	2.899.716	2.910.608
Circulante	**258.321**	264.076
Não circulante	**2.641.395**	2.646.532

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	30/09/2014	30/09/2013
Saldo inicial	**2.910.608**	2.069.647
Adição	**-**	850.857
Encargos financeiros	**264.475**	207.118
Pagamento principal	**(100.658)**	(55.708)
Pagamento de juros	**(174.709)**	(118.655)
Saldo final	**2.899.716**	2.953.259

Notas Explicativas

- A controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços concluiu, em 23 de outubro de 2012, a segunda emissão de R$800.000 em debêntures, sendo R$240.000 referentes à primeira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2016 e vencimento final em 15 de outubro de 2018; R$160.000 referentes à segunda série em duas parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2018 e vencimento final em 15 de outubro de 2019; e R$400.000 referentes à terceira série com vencimento em três parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de outubro de 2020 e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

  A primeira série ofertada ao mercado local tem remuneração vinculada a 100% do CDI acrescido de 0,79% ao ano, a segunda série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5% ao ano e a terceira série tem remuneração vinculada ao IPCA acrescido de 5,35% ao ano; elas foram precificadas utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

  O contrato referente à segunda emissão requer a manutenção de índices financeiros da Companhia menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada da Companhia com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Os índices foram atingidos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrado a seguir:

	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBTIDA	**< 3,5**	**2,08**
(ii) EBTIDA/despesa financeira líquida	**>2,0**	**5,31**

(*) Índices não revisados pelos auditores independentes.

- A controlada indireta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses, sendo os vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

  A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

  A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

  Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

  O contrato da controlada indireta Ecovias requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e ao principal pagos no exercício), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os índices financeiros exigidos foram atendidos, conforme demonstrado abaixo.

  A controlada indireta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 07 de maio de 2013, a emissão de R$881.000 em debêntures em duas séries, sendo a primeira no valor nominal de R$200.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 15 de abril de 2020 e a segunda série de R$681.000, com prazo de vencimento de 132 meses e vencimento final em 15 de abril de 2024, respectivamente.
  A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 3,80% a.a. + IPCA, pago anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e último vencimento em abril de 2019, foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04. A segunda série tem remuneração de 4,28% a.a. + IPCA, paga anualmente, com primeiro vencimento em abril de 2014 e

Notas Explicativas

ultimo vencimento em abril de 2024, também precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco "brAAA" da Standard & Poors.

O contrato da 2ª emissão requer a manutenção dos índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, todos os índices financeiros exigidos foram atendidos conforme demonstrado abaixo:

1ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	**< 2,2**	**1,50**
(ii) Serviço da dívida/EBITDA	**> 1,3**	**4,73**

2ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	**< 3,5**	**1,50**
(ii) Despesa financeira/EBITDA	**>2,0**	**6,31**

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

- A controlada indireta Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022 e a quarta no valor nominal de R$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

  As quatro séries, ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada ao IPCA mais 8,25%, pagos semestralmente, e foram precificadas utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

  Essa operação tem classificação de risco "brAA+" da Standard & Poors.

  O contrato da controlada indireta Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros conforme segue: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrado abaixo:

	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	**> 20%**	**28,01%**
(ii) Cobertura da dívida	**> 1,20**	**1,81**
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	**< 4,00**	**3,86**

Notas Explicativas

- A controlada direta Ecoporto Holding, sucedida pela Ecoporto Santos S.A. (anteriormente denominada Tecondi), concluiu em 19 de junho de 2012 a emissão de R$600.000 em debêntures em série única de 600 debêntures com vencimento em parcelas anuais, com a primeira a vencer em 15 de junho de 2013 e vencimento final em 16 de junho 2019. Em 27 de novembro de 2012, com a reestruturação societária, essa dívida foi incorporada pela controlada direta Ecoporto Santos S.A.

  O contrato requer a manutenção de índices financeiros em que a relação da dívida líquida e do EBITDA dos últimos 12 meses deve ser inferior: até 2015 a 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 pontos e em 2018 a 3,0 pontos. E o EBITDA dos últimos 12 meses pelas despesas financeiras deve ser superior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,5 pontos e em 2018 a 3,0 pontos. Os índices são apurados trimestralmente, com base no balanço combinado das empresas Ecoporto Santos S.A., Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Ecoporto Transporte Ltda., desde 30 de setembro de 2012. Para esse empréstimo foi emitida uma Carta-Fiança pela controladora EcoRodovias Infraestrutura. Essa garantia se manterá em vigor até que a emissora mantenha, de forma consolidada, o índice de alavancagem inferior ou igual a 2,5x, por dois semestres consecutivos. Há também a obrigatoriedade de manter o capital social igual ou superior a R$39.000.

  A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,85% ao ano, paga anualmente, e foi precificada utilizando os conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	**< 4,5**	**4,87 (**)**
(ii) EBITDA/despesa financeira líquida	**> 2,0**	**1,65 (**)**

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

(**) Índice não atingido, porém amparado por "waiver" dos debenturistas, concedido em AGD realizado em 30/09/2014.

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª emissão)	Ecovias (2ª emissão)	Ecoporto (Tecondi)	Ecopistas
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural não conversível em ações	Nominativa escritural, sem a emissão de cautela, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	800.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	881 (em duas séries)	600 (série única)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R$10	R$10	R$1.000	R$1.000	R$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 30 de setembro de 2014	1ª série - R$10,52 2ª série - R$11,79 3ª série - R$11,82	1ª série - não atualizável 2ª série - R$ - 3ª série - R$3,46	1ª série - R$1.101 2ª série - R$1.003	Não atualizável	1ª série - R$1.254 2ª série - R$1.187 3ª série - R$1.164 4ª série - R$1.279
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA	Não atualizável	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 0,79% ao ano 2ª série - 5,00% a.a. 3ª série - 5,35% a.a.	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA	CDI + 1,85% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/04/13 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/13 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)	Parcelas anuais (15/06/13 a 15/06/17)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/10/16 a 15/10/18) 2ª série: parcelas anuais (15/10/18 a 15/10/19) 3ª série: parcelas anuais (15/10/20 a 15/10/22)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)	Parcelas anuais (15/06/14 a 16/06/19)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)

Notas Explicativas

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias (1ª emissão)	Ecovias (2ª emissão)	Ecoporto (Tecondi)	Ecopistas
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	n/a	Não aplicável	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da primeira parcela a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco BBI S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP	CETIP e CBLC	CETIP E BMF&BOVESPA	CETIP	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.	n/a	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Planner Trustee DTVM Ltda.
Classificação de risco	brAAA	brAAA	brAAA	Não aplicável	brAA+
Garantias	Não aplicável	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	n/a	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecoporto (Tecondi)/ Termares/ Termlog - fiança provisória da EcoRodovias Infraestrutura	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/09/2014			31/12/2013		
	Parcela	**Custo**	**Total**	**Parcela**	**Custo**	**Total**
2015	**5.357**	**(1.641)**	**3.716**	108.953	(8.533)	100.420
2016	**193.817**	**(7.927)**	**185.890**	192.721	(7.927)	184.794
2017	**232.978**	**(8.162)**	**224.816**	231.461	(8.162)	223.299
2018	**334.369**	**(7.757)**	**326.612**	331.053	(7.757)	323.296
2019	**368.303**	**(5.732)**	**362.571**	364.643	(5.732)	358.911
2020 - 2024	**1.551.278**	**(13.488)**	**1.537.790**	1.469.301	(13.489)	1.455.812
	2.686.102	**(44.707)**	**2.641.395**	2.698.132	(51.600)	2.646.532

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	**Série**	**Data**	**Valor nominal**	**Despesas com emissão**	**Valor líquido**	**Taxa de juros**	**TIR**
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	23/10/12	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	CDI + 1,09%
	Debêntures - 2ª série	23/10/12	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	5,20% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	23/10/12	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	5,63% + IPCA
Ecovias dos Imigrantes				**1ª emissão**			
	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32%+ IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35%+ IGP-M
				2ª emissão			
	Debêntures - 1ª série	15/04/13	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/13	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
Ecoporto Santos	Série única	15/06/12	600.000	(4.267)	595.733	CDI + 1,85%	11,89%
			3.101.000	(77.075)	3.023.925		

Notas Explicativas

20. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	**31/12/2013**	**30/09/2014**	**31/12/2013**
Ativo circulante				
Serviço de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP (e)	**-**	-	**-**	85.228
Elog S.A.(f)	**5**	8	**-**	-
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (f)	**1**	-	**-**	-
ECO101 Concessionária de Rodovia S.A. (f)	**-**	-	**-**	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	**42**	39	**-**	-
	48	47	**-**	85.228
Movimentação do intangível:				
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	**-**	-	**23.714**	32.778
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	**-**	-	**3.800**	5.302
Contek Engenharia S.A. (g)	**-**	-	**953**	-
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	**-**	-	**13.864**	18.660
Consórcio Serra do Mar (c)	**-**	-	**165.232**	116.867
	-	-	**207.563**	173.607
Total do ativo	**48**	47	**207.563**	258.835

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	**31/12/2013**	**30/09/2014**	**31/12/2013**
Passivo circulante:				
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	**-**	-	**2.120**	1.194
Consórcio Serra do Mar (c)	**-**	-	**-**	262
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	**-**	-	**384**	427
Unimar Transportes Ltda. (h)	**-**	-	**392**	-
Vix Logística S.A. (i)	**-**	-	**378**	-
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	**-**	-	**2.689**	1.647
Total do passivo	**-**	-	**5.963**	3.530

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	**30/09/2013**	**30/09/2014**	**30/09/2013**
Resultado:				
Receita:				
Unimar Transportes Ltda. (h)	**-**	-	**6.462**	-
Vix Logística S.A. (i)	**-**	-	**7.520**	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	**364**	343	**-**	-
	364	343	**13.982**	-
Despesa/custo:				
Unimar Transportes Ltda. (g)	**-**	-	**6.462**	-
Vix Logística S.A. (g)	**-**	-	**7.520**	-
SBS Engenharia e Construções Ltda.(b)	**-**	-	**40**	2.243
	-	-	**14.022**	2.243

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

(a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo tem vencimento em 30 dias.

(b) A SBS Engenharia e Construções S.A., através da Grant Concessões e Participações S.A., possui 10% de participação na controlada indireta Ecosul e 14,50% da controlada direta ECO101. Presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R$34.670 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções S.A. é de R$4.000, totalizando R$38.670, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. O prazo para execução destes serviços é agosto de 2016 e em 30 de setembro de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R$4.824. Os saldos em aberto a pagar de R$2.125 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

(c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R$359.008, incluindo aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é janeiro de 2015 e até 30 de setembro de 2014 foram incorridos R$313.320, e há um saldo de serviços a realizar de R$45.688. Não existem saldos em aberto a pagar em 30 de setembro de 2014.

(d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas indiretos da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R$198.762, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução desses serviços é de dezembro de 2016 e em 30 de setembro de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R$46.899. Os saldos em aberto a pagar R$3.052 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

(e) Em 20 de março de 2014, a Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP deixou de ser parte relacionada da Companhia, pela venda de participação que a EcoRodovias Infraestrutura detinha.

(f) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (provisão de férias e 13º salário).

(g) A Contek Engenharia S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Contek e a Eco101 é de usinagem, e o valor do contrato é de R$1.020. O prazo de execução deste contrato foi até 13 de setembro de 2014, sendo que foi totalmente executado e não há saldo pagar.

(h) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R$23.397 e vigência até novembro de 2018. Em 30 de setembro já haviam incorridos R$4.076. Os saldos em aberto de serviços a realizar de R$19.321 têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.

(i) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R$25.109 e vigência até novembro de 2018. Em 30 de setembro já haviam incorridos R$4.320. Os saldos em aberto de serviços a realizar de R$20.789 têm o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.

(j) Saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 30 de setembro de 2014. Não aparecem nas informações trimestrais por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado.

Notas Explicativas

Mutuante	Mutuário	30/09/2014	31/12/2013	Vencimento	Taxa
Ecorodovias Concessões	Ecocataratas	**-**	71	31/12/2015	CDI + 1,20% a.a.
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	**93.802**	87.313	31/03/2016	100% CDI
Termares	Tecondi	**38.096**	38.690	Indeterminado	1% a.a.
		131.898	126.074		

Outros contratos entre as partes relacionadas

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as demais empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R$209.337, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

A Termlog Transportes e Logística Ltda. presta serviços de transportes e remoções para as coligadas Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Ecoporto Santos S.A., sendo o preço tabelado por unidade de transporte, variando entre R$50,00 e R$80,00 por carga. No período findo em 30 de setembro de 2014, a Termlog faturou R$10.433 para a Ecoporto e R$481 para a Termares. O prazo de vencimento destes contratos é em 30 de abril de 2015.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 30 de setembro de 2014, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 em R$28.000 (R$13.787 para o exercício de 2013).

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	30/09/2014	30/09/2013
Salários	**3.413**	3.450
Gratificações	**7.717**	-
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 26.f)	**4.266**	784
Previdência privada	**312**	243
Benefícios diretos e indiretos	**2.879**	2.071
	18.587	6.548

Notas Explicativas

21. Provisão para manutenção - consolidado

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 8,76% a 11,99% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2013
Constituição da provisão para manutenção	520.688	66.796	-	-	587.484
Efeito valor presente sobre constituição	(113.490)	(12.496)	-	-	(125.986)
Realização da manutenção	(285.854)	-	(64.376)	-	(350.230)
Ajuste a valor presente - realizações	57.318	-	-	12.524	69.842
	178.662	54.300	(64.376)	12.524	181.110
Circulante	63.531				64.625
Não circulante	115.131				116.485

	31/12/2013	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2014
Constituição da provisão para manutenção	619.458	**92.979**	**-**	**-**	**712.437**
Efeito do valor presente sobre a constituição	(129.991)	**(15.550)**	**-**	**-**	**(145.541)**
Realização da manutenção	(385.722)	**-**	**(53.075)**	**-**	**(438.797)**
Ajuste a valor presente - realizações	74.303	**-**	**-**	**13.091**	**87.394**
	178.048	**77.429**	**(53.075)**	**13.091**	**215.493**
Circulante	49.932				**26.247**
Não circulante	128.116				**189.246**

22. Provisão para construção de obras futuras - consolidado

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 8,76% e 11,99% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, onde a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

Notas Explicativas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2013
Constituição da provisão para obras futuras	21.179	-	-	21.179
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	(7.426)	(319)	-	(7.745)
Ajuste a valor presente - realizações	8.439	-	128	8.567
	12.181	(319)	128	11.990
Circulante	2.141			1.823
Não circulante	10.040			10.167

	31/12/2013	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2014
Constituição da provisão para obras futuras	21.079	**-**	**-**	**21.079**
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	**(1.623)**	**-**	**(11.634)**
Realização da construção	(7.890)	**-**	**-**	**(7.890)**
Ajuste a valor presente - realizações	8.609	**-**	**84**	**8.693**
	11.787	**(1.623)**	**84**	**10.248**
Circulante	9.519			**7.896**
Não circulante	2.268			**2.352**

23. Obrigações com o Poder Concedente - consolidado

	30/09/2014	31/12/2013
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	**50.475**	57.806
Variável - Ecosul (b)	**147**	137
Variável - Ecovias (b)	**1.118**	1.206
Variável - Ecopistas (b)	**320**	324
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c)	**213**	213
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (d)	**730**	1.550
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (e)	**249**	249
Outras - ECO101 - Verba de fiscalização (f)	**387**	310
Outras - Ecoporto - Taxas CODESP (g)	**759**	1.256
	54.398	63.051
Circulante	**19.738**	20.454
Não circulante	**34.660**	42.597

(a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 30 de setembro de 2014, restam 43 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 82,08% do total (78,33% em 31 de dezembro de 2013).

(b) Nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas a parcela variável foi calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação até 30 de junho de 2013. A partir dessa data, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser de 1,5%. Na controlada Ecosul a parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação.

(c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R$60 mensais do início até o 11º ano e R$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 30 de junho de 2014, o valor atualizado mensal é de R$213 (R$213 em 31 de dezembro de 2013).

(d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.

(e) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30 de junho de 2014, a parcela reajustada é de R$249 (R$249 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

(f) Conforme contrato de concessão da controlada ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., firmado em 17 de abril de 2013, deverá ser pago a título de fiscalização o valor mensal de R$310 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 30 de junho de 2014 o valor atualizado mensal é de R$310 (R$310 em 31 de dezembro de 2013).

(g) Referem-se aos pagamentos de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP, da controlada Ecoporto Santos, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro).

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, são contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/09/2014	31/12/2013
2015	**3.496**	14.194
2016	**13.588**	12.962
2017	**13.183**	11.838
2018	**4.393**	3.603
	34.660	42.597

A movimentação das obrigações com o Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	30/09/2014	30/09/2013
Saldo inicial	**63.051**	68.479
Custo (vide Nota Explicativa nº 28)	**41.918**	48.138
Variação monetária sobre credor pela concessão	**4.495**	5.892
Pagamento do principal	**(55.066)**	(60.065)
Saldo final	**54.398**	62.444

24. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Salários e outras obrigações a pagar	**4.005**	5.172	**23.988**	23.498
INSS a recolher	**257**	264	**4.159**	4.579
FGTS a recolher	**60**	86	**1.164**	1.477
IRRF a recolher	**206**	361	**1.403**	2.348
Provisão de férias	**1.010**	1.074	**16.550**	15.625
Contribuição sindical a recolher	**4**	-	**29**	22
Provisão 13º salário	**1.179**	-	**10.462**	-
Encargos sobre provisões de 13º salário	**417**	-	**3.940**	-
Encargos sobre provisões a recolher - INSS e FGTS	**379**	375	**6.634**	5.902
	7.517	7.332	**68.329**	53.451

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

Notas Explicativas

25. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis - consolidado

A Companhia e suas controladas efetuam uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos, internos e externos, da Companhia e de suas controladas. Suportada por este processo de avaliação, a Administração constituiu provisão para perdas cíveis, tributárias e trabalhistas para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A movimentação da provisão no período é conforme segue:

	Cíveis (a)	Tributárias (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	85.877	2.676	17.888	106.441
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	38.951	(1.220)	10.432	48.163
(-) Pagamentos	(11.661)	-	(6.960)	(18.621)
(+) Atualização monetária	4.338	275	1.558	6.171
(+/-) Reclassificações	(5.793)	3.261	2.532	-
Saldos em 30 de setembro de 2013	111.712	4.992	25.450	142.154

	Cíveis (a)	Tributárias (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	**113.626**	**4.989**	**16.533**	**135.148**
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	**16.294**	**103**	**5.630**	**22.027**
(-) Pagamentos	**(2.397)**	**(325)**	**(3.464)**	**(6.186)**
(+) Atualização monetária	**2.419**	**192**	**2.022**	**4.633**
Saldos em 30 de setembro de 2014	**129.942**	**4.959**	**20.721**	**155.622**

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R$46.180 em 30 de setembro de 2014 (R$36.535 em 31 de dezembro de 2013), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas com perdas prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

- A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R$30.920 em 30 de setembro de 2013 (R$39.888 atualizado até 30 de setembro de 2014), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de “Contratos de concessão”. A premissa de registro na rubrica de “Contrato de concessão” foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi oferecido depósito judicial no montante de R$38.828.

- A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial e mediante depósito dos valores cobrados, à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal no mês de agosto de 2012, a Ecoporto Santos decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito retomar a cobrança oportunamente. Para tanto, estão pendentes de julgamento recursos e medidas judiciais objetivando conceder ao Ecoporto Santos autorização para retomada da referida cobrança. Em 30 de setembro de 2014, o valor contingenciado é de R$61.860. (R$58.199 em 31 de dezembro de 2013). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

Notas Explicativas

(b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 30 de setembro de 2014, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R$27.754 (R$19.031 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Os principais processos tributários são conforme segue:

Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 30 de setembro de 2014 é de R$6.550 (R$5.359 em 31 de dezembro de 2013).

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante, exceto ação mencionada abaixo. Em 30 de setembro de 2014, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R$60.397 (R$37.012 em 31 de dezembro de 2013), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A principal causa provável, ou seja, com constituição de provisão, é da controlada indireta Ecocataratas que possui uma ação de responsabilidade solidária referente à reclamação trabalhista de ex-colaborador da empresa Qualix Serviços Ambientais S.A., pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R$6.439. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, tendo em 30 de novembro de 2012 sido constituída provisão de R$7.127. Em 30 de outubro de 2013, o Banco Bradesco executou a carta fiança em favor do reclamante, restando um saldo a pagar para essa ação, atualizado até 30 de junho de 2014 de R$1.636. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, há o dever de indenização por parte dos ex--acionistas em caso de materialização da perda. Tal dever é objeto de procedimento arbitral instaurado pela EcoRodovias Infraestrutura perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, ainda sem julgamento de mérito, razão pela qual prevê-se um futuro possível ressarcimento dos valores desembolsados pela controlada Ecocataratas, em ação de execução de sentença arbitral.

26. Patrimônio líquido - consolidado

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado de R$1.320.549 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 30 de setembro de 2014, o saldo é de R$131.747 (R$131.747 em 31 de dezembro de 2013).

d) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Em 28 de abril de 2014, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária, o montante de R$388.105 registrado na rubrica “Orçamento de capital” nos anos de 2010 e 2011 foi destinado ao pagamento de dividendos.

Notas Explicativas

e) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 2014 no valor de R$489.232 refere-se a: R$388.105 estorno da retenção de orçamento de capital conforme Nota Explicativa nº 26.d; R$98.295 saldo remanescente de dividendos remanescentes de 2013, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2014; e R$2.832 ao IRRF sobre os juros sobre capital calculados em março de 2014.

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aos diretores e empregados. O Conselho de Administração é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações (“contrato”), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 11.666.277 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 25/04/2012	4ª outorga 25/04/2013	5ª outorga 28/04/2013
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074	2.594.808	**5.649.586**
Preço de período - R$ por ação	R$9,95	R$13,06	R$13,58	R$17,51	**R$12,18**
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	**IPCA**

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No período findo em 30 de setembro de 2014 foi registrado na rubrica “Plano de opção com base em ações” o valor de R$4.266 (R$735 em 30 de setembro de 2013).

Notas Explicativas

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	-	-	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	-	-	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	-	-	(21.942)
Canceladas	(17.553)	-	-	-	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	646.269	1.212.045	-	-	-	1.858.314
Outorgadas	-	-	1.524.074	-	-	1.524.074
Exercidas	(257.410)	(196.899)	-	-	-	(454.309)
Em 31 de dezembro de 2012	388.859	1.015.146	1.524.074	-	-	2.928.079
Outorgadas	-	-	-	2.594.808	-	2.594.808
Exercidas	(79.886)	(168.658)	(96.913)	-	-	(345.457)
Canceladas	(81.715)	(246.373)	(377.491)	(622.951)	-	(1.328.530)
Em 31 de dezembro de 2013	227.258	600.115	1.049.670	1.971.857	-	3.848.900
Outorgadas	**-**	**-**	**-**	**-**	-	**-**
Exercidas	**-**	**-**	**-**	**-**	-	**-**
Canceladas	**-**	**-**	**-**	**-**	-	**-**
Em 31 de março de 2014	227.258	600.115	1.049.670	1.971.857	-	3.848.900
Outorgadas	-	-	-	-	5.649.586	5.649.586
Exercidas	-	-	-	-	-	-
Canceladas	-	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2014	227.258	600.115	1.049.670	1.971.857	5.649.586	9.498.486
Outorgadas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Exercidas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Canceladas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Em 30 de junho de 2014	**227.258**	**600.115**	**1.049.670**	**1.971.857**	**5.649.586**	**9.498.486**

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R$	Total do custo	Prazo para exercer
2015	15,67	2.745.129	2,56	7.014	11 meses
2016	15,61	2.442.119	2,67	6.529	23 meses
2017	15,62	2.061.099	3,16	6.513	35 meses
2018	12,37	1.412.397	2,10	2.966	47 meses
		8.660.744		23.022	

Notas Explicativas

g) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou três programas de recompra de ações que ocorrerão sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) nos termos e as condições a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

As ações em tesouraria possuem como finalidade a liquidação das opções quando da outorga do plano de opções de ações (vide Nota Explicativa nº 26.f).

Cabe à Administração da Companhia definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora e Consolidado		
	Ações		Custo médio - R$ por ação
	Quantidade	Valor	
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	149.502	(2.011)	13,45
Exercidas em 2012	(454.309)	6.945	15,29
Recompra em 2012	480.495	(7.759)	16,15
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	175.688	(2.825)	16,08
Exercidas em 2013	(345.457)	5.883	17,03
Recompra em 2013	712.482	(11.546)	16,21
Cessão diretores	(3)	-	17,03
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	542.710	(8.488)	15,64
Recompra em 2014	1.040.282	(13.044)	12,65
Saldo final em 30 de junho de 2014	1.582.992	(21.532)	13,60
Recompra em 2014	205.000	(2.513)	12,26
Saldo final em 30 de setembro de 2014	1.787.992	(24.045)	13,45

A Companhia mantém em tesouraria 1.787.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de setembro de 2014, de R$12,06. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 30 de setembro de 2014, é de R$21.563.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R$30.825, transferida para a rubrica “Reserva de capital”, conforme determinado em Estatuto Social.

Notas Explicativas

h) Participações dos acionistas não controladores

	30/09/2014	31/12/2013
Saldo inicial	**26.059**	17.911
Participação nos lucros	**(829)**	1.662
Opções outorgadas reconhecidas	**71**	-
Aporte de capital de acionista não controlador	**31.500**	-
Venda de participação ECO101	**-**	12.819
Pagamento de dividendos à acionista não controlador	**(1.266)**	(6.333)
Saldo final	**55.535**	26.059

27. Receita líquida - consolidado

	30/09/2014	30/09/2013
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	**572.673**	529.183
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	**682.608**	590.414
Vale-pedágio	**123.697**	129.925
Outras	**575**	558
	1.379.553	1.250.080
Receitas de construção (vide Nota Explicativa nº 35)	**564.334**	331.728
Receitas portuárias (d)	**391.056**	474.798
Receitas acessórias (b) e (c)	**53.855**	43.358
	1.009.245	849.884
Receita bruta total	**2.388.798**	2.099.964
Deduções de receita (e)	**(186.995)**	(178.383)
Receita líquida	**2.201.803**	1.921.581

(a) Referem-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.

(d) Referem-se às receitas auferidas pelas empresas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos, Termares e Termlog, adquiridas em maio e junho de 2012.

(e) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita.

	30/09/2014	30/09/2013
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	**1.379.553**	1.250.080
Receitas portuárias	**391.056**	474.798
Receitas acessórias	**53.855**	43.358
	1.824.464	1.768.236
Deduções		
Cofins (i)	**(79.191)**	(73.527)
PIS (ii)	**(17.174)**	(15.969)
ISS (iii)	**(85.491)**	(81.092)
Outros - ICMS	**(144)**	(180)
Devoluções e abatimentos	**(4.995)**	(7.615)
	(186.995)	(178.383)

(i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.

(ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.

(iii) Alíquota de 2% a 5%.

Notas Explicativas

28. Custos e despesas operacionais - por natureza

Controladora	30/09/2014	30/09/2013
Pessoal	**33.278**	17.002
Conservação e manutenção	**335**	356
Serviços de terceiros	**28.288**	31.109
Seguros (vide Nota Explicativa nº 34)	**203**	222
Depreciações e amortizações	**484**	456
Locação de imóveis e máquinas	**1.585**	1.565
Outras despesas operacionais	**2.300**	2.870
	66.473	53.580
Classificados como:		
Despesas gerais e administrativas	**66.473**	53.580

Consolidado	30/09/2014	30/09/2013
Pessoal	**280.670**	227.462
Conservação e manutenção e outros	**50.550**	54.275
Serviços de terceiros (*)	**231.722**	225.672
Seguros (vide Nota Explicativa nº 34)	**13.685**	14.503
Depreciações e amortizações	**217.936**	156.755
Poder Concedente	**41.918**	48.138
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	**20.952**	17.743
Provisão para manutenção	**77.429**	54.300
Custo de construção de obras (vide Nota Explicativa nº 35)	**564.334**	331.728
Outros custos e despesas operacionais	**53.987**	50.849
	1.553.183	1.181.425
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	**1.287.688**	986.354
Despesas gerais e administrativas	**265.495**	195.071

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	**10.801**	17.074	**79.547**	67.030
Juros ativos	**-**	-	**-**	5.832
Receita de operação *swap*	**-**	-	**905**	-
Variação monetária sobre debêntures	**-**	-	**4.745**	-
Atualização monetária de créditos fiscais	**808**	1.105	**10.550**	5.783
Outras	**-**	-	**4.872**	2.176
	11.609	18.179	**100.619**	80.821
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	**-**	-	**(162.339)**	(138.539)
Juros sobre empréstimos e financiamentos e leasing	**(22.884)**	(25.742)	**(67.419)**	(53.476)
Variação monetária sobre debêntures	**-**	-	**(100.229)**	(58.800)
Variação monetária sobre direito de outorga	**-**	-	**(4.495)**	(5.892)
Amortização de custos com emissão de debêntures	**-**	-	**(6.652)**	(9.779)
Ajuste a valor presente - interpretação técnica ICPC 01	**-**	-	**(13.175)**	(12.652)
Despesas bancárias	**(109)**	(314)	**(1.706)**	(1.595)
Variação cambial sobre financiamentos	**-**	-	**(1.587)**	(100)
Comissão notas promissórias	**(334)**	(2.328)	**(334)**	(2.328)
Despesa de operação *swap*	**-**	-	**(431)**	-
Outras	**(1.524)**	(2.803)	**(19.625)**	(26.879)
	(24.851)	(31.187)	**(377.992)**	(310.040)
Resultado financeiro	**(13.242)**	(13.008)	**(277.373)**	(229.219)

Notas Explicativas

30. Lucro por ação

Controladora e Consolidado	30/09/2014	30/09/2013
Lucro básico por ação das operações continuadas	**0,75**	0,55
Lucro diluído por ação das operações continuadas	**0,74**	0,55

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Controladora e Consolidado	30/09/2014	30/09/2013
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	**418.009**	309.558
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	**558.699**	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	**(1.346)**	(491)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	**557.353**	558.208
Lucro básico por ação - R$	**0,75**	0,55

b) Lucro diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: as opções do plano de opção de compra de ações, divulgado na Nota Explicativa nº 26.f):

Controladora e Consolidado	30/09/2014	30/09/2013
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	**418.009**	309.558
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	**557.353**	558.208
Ajuste por opções de compra de ações	**9.498**	4.914
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído	**566.851**	563.122
Lucro diluído por ação - R$	**0,74**	0,55

31. Participação nos lucros e resultados

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No período findo em 30 de setembro de 2014, a participação nos lucros e resultados foi de R$1.065 (R$550 em 30 de setembro de 2013), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

32. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros - consolidado

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Notas Explicativas

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, notas promissórias, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o Poder Concedente detalhados nas Notas Explicativas nºs 17, 18, 19 e 23, deduzidos pelo caixa e pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações dos acionistas não controladores, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 26).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Derivativos

A controlada direta Ecoporto Santos possuia financiamento em moeda estrangeira para ampliação dos Cais para utilização em suas operações, que representa valor de US$37.903. O contrato apresentava como contraparte Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. A operação de *"swap"* consistia na troca da variação do CDI acrescida de 0,150103% ao ano por variação cambial, registrada na rubrica "Despesas financeiras", no valor de R$5.075 em 30 de setembro de 2014 (R$14.932 em 31 de dezembro de 2013). O valor justo do *swap* em 21 de julho de 2014 é de R$1.455.

a) *Risco de mercado*

(i) *Exposição a riscos cambiais*

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não apresentavam saldo de ativo ou passivo relevante denominado em moeda estrangeira.

(ii) *Exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, remunerados a taxas média ponderada de 96,8% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro, debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 17, 18, 19 e 23.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	**31/12/2013**	**30/09/2014**	**31/12/2013**
Dívida (a)	**287.567**	290.762	**3.984.125**	3.763.674
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	**(107.996)**	(177.016)	**(818.528)**	(1.152.588)
Dívida líquida	**179.571**	113.746	**3.165.597**	2.611.086
Patrimônio líquido (b)	**1.971.398**	2.071.970	**2.026.933**	2.098.029
Índice de endividamento líquido	**0,09**	0,05	**1,56**	1,24

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas n^{os} 17, 18, 19 e 23.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de setembro de 2014 são como segue:

	Classificação	**Saldo contábil**	**Valor justo**
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	17.375	17.375
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	175.593	175.593
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	801.153	801.153
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	64.971	64.971
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	1.030.011	1.030.011
Debêntures (d)	Outros passivos financeiros	2.899.716	2.899.716
Obrigações com o Poder Concedente (e)	Outros passivos financeiros	54.398	60.594

(a) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Calculados por meio de fluxo de caixa descontado de acordo com as taxas indicativas da BM&F em 30 de setembro de 2014, com base nas parcelas a vencer.

(d) As debêntures foram calculadas através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures (quando houver) e conforme o Preço Unitário (PU) atualizado em 30 de setembro de 2014. Nos demais casos, o cálculo foi feito através de fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer, a taxas indicativas da BM&F data base 30 de setembro de 2014.

(e) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com o Poder Concedente”.

As referidas taxas e PUs utilizados para as projeções de mercado foram extraídos das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br, www.fgv.br, www.fiduciario.com.br, www.oliveiratrust.com.br.

Notas Explicativas

b) *Riscos da taxa de câmbio*

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela controlada direta Ecoporto Santos S.A., com quem possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a controlada Ecoporto Santos S.A. possui o seguinte contrato em moeda estrangeira:

Credor	30/09/2014	31/12/2013
Finimp - moeda US$	**19.216**	4.012

c) *Risco da taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

d) *Risco de crédito*

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R$94.050 (R$85.228 em 31 de dezembro de 2013), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

e) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	38.435	39.724	38.100	147.396
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	-	10.634	6.233	32.578
Obrigações com o Poder Concedente	IGP-M	16.229	16.804	17.399	167.239
Debêntures	CDI + 0,79% a.a.	27.627	27.159	102.755	178.005
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	56.077	-	-	-
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	55.635	62.546	72.984	669.462
Debêntures	IPCA + 5,00% a.a.	9.042	9.611	10.279	269.419
Debêntures	IPCA + 5,35% a.a.	24.188	25.710	27.497	872.289
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	8.544	9.064	9.693	325.757
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	32.767	34.759	37.174	1.549.468
Capital de giro	108,4% do CDI	142.635.596	-	-	-
Capital de giro	108,0% do CDI	78.001.429	-	-	-
Capital de giro	100,0% do CDI	7.072.814	-	-	-
Finame	6,00% a.a.	225	251	239	586
Finame	2,5% a.a.	52	51	50	237
Finame	3,0% a.a.	60	59	57	42
Finame	TJLP + 2,99% a.a.	468	437	259	-
BNDES	TJLP + 2,10% a.a.	8.047	7.595	7.139	5.601
BNDES	TJLP + 3,16% a.a.	11.480	139.163	-	-
BNDES	Cesta de moedas + 3,16% a.a.	3.670	51.531	-	-
Nota promissória	105,35% CDI	306.007	-	-	-
Debêntures	CDI + 1,85% a.a.	159.150	147.870	166.296	285.841
Finame	TJLP + 4,16% a.a.	1.602	1.393	-	-
Capital de giro	CDI + 3,00% a.a.	11.676	-	-	-
Finame	6,00% a.a.	708	1.188	1.132	2.797
Finame	7,70% a.a.	2.037	1.906	1.344	-
Finimp	Libor 6 meses	4.826	5.172	6.976	35.389

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (e)	Baixa do CDI	78.268	58.701	39.134
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures -Ecovias (b)	Alta do IGP-M	(23.748)	(23.910)	(24.071)
Juros sobre a 1ª série das debêntures - EcoRodovias (a)	Alta do CDI	(27.499)	(30.845)	(34.147)
Juros sobre a 2ª e 3º séries das debêntures - EcoRodovias (c)	Alta do IPCA	(33.214)	(33.337)	(33.458)
Juros sobre a 1ª e 2º séries das debêntures - Ecovias 2ª emissão (c)	Alta do IPCA	(41.212)	(41.978)	(42.746)
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas (c)	Alta do IPCA	(40.804)	(41.651)	(42.500)
Notas promissórias (a)	Alta do CDI	(31.318)	(35.801)	(40.240)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta da TJLP	(27.370)	(31.585)	(35.760)
Empréstimos e financiamentos (a)	Alta do CDI	(26.883)	(27.592)	(28.286)
Empréstimos e financiamentos (e) e (f)	Alta da Libor e USD	(985)	(1.231)	(1.477)
Juros sobre debêntures - série única - Ecoporto Santos	Alta do CDI	(69.875)	(80.329)	(90.705)
Empréstimos e financiamentos (e)	Alta da Cesta de Moedas	(3.670)	(4.191)	(4.712)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IGP-M	(49)	(61)	(74)
Juros a incorrer, líquidos		(248.359)	(293.810)	(339.042)

Notas Explicativas

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 30 de setembro de 2014 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

Risco de mudança nas taxas de câmbio

		Juros a incorrer (*)		
Operação	**Risco**	**Cenário I - provável**	**Cenário II - 25%**	**Cenário III - 50%**
Empréstimos e financiamentos	Alta do US$	(419)	(431)	(443)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicadores	**Cenário I - provável**	**Cenário II - 25%**	**Cenário III - 50%**
CDI (a)	11,00%	13,75%	16,50%
IGP-M (b)	3,66%	4,58%	5,49%
IPCA (c)	6,31%	7,89%	9,47%
TJLP (d)	5,00%	6,25%	7,50%
US$ (e)	2,35	2,94	3,53
Libor 6meses (f)	0,33%	0,41%	0,50%
Cesta de moedas	4,15%	5,18%	6,22%
UMBNDES	0,048	0,060	0,072

(a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M projetada para 12 meses.

(c) Refere-se à taxa do IPCA projetada para 12 meses.

(d) Refere-se à taxa da TJLP projetada para 12 meses.

(e) Refere-se à taxa do dólar norte-americano projetada para 12 meses.

(f) Refere-se a Libor 6 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

33. Plano de previdência privada - consolidado

Em junho de 2006, foi implantado o plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o empregado contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do empregado. No período findo em 30 de setembro de 2014, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R$2.184 (R$1.669 em 30 de setembro de 2013), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

34. Seguros contratados - consolidado

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de setembro de 2014, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R$895 milhões
“All Risk” - diversos	R$4,5 milhões
“All Risk” - responsabilidade civil	R$1,1 milhões
“All Risk” - danos materiais	R$7,1 milhões
Seguro-sede	R$4 milhões
“All Risk” - perda de receita	R$1,6 milhões
Veículos	Tabela FIPE
“All Risk” - obras de conservação e manutenção	R$80 milhões
“All Risk” - operador portuário	US$230 milhões
Multirrisco	R$20 milhões

35. Contratos de concessão - consolidado

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

Notas Explicativas

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

I. Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R$60 mensais do início até o 11º ano e R$66 mensais do 12º ano até o fim do contrato.

II. Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R$10 mensais até o 11º ano e de R$11 mensais do 12º ano ao fim do contrato.

III. Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia Caminho do Mar foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	30/09/2014	**30/09/2013**
Receita de construção	**29.790**	23.999
Custos de construção	**(29.790)**	(23.999)
	-	-

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Notas Explicativas

Em 21 de dezembro de 2006, por meio do TAM nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 13 de novembro de 2012, através do Termo Aditivo nº 16/12, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 18 meses e 11 dias, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em decorrência da inclusão de novas obras e serviços no valor de R$328.719, que incluem a remodelação do trevo localizado no km 55 da Rodovia Anchieta, com implantação de um anel viário interligando as rodovias Anchieta, Cônego Domênico Rangoni, Imigrantes e Padre Manoel da Nóbrega, e a construção de uma terceira faixa em ambos os sentidos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, entre o km 270 e o km 262, na região do Polo Industrial de Cubatão. O contrato de concessão possui vigência até setembro de 2025.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) *Ampliação principal*

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) *Pagamento de*

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R$87.000 (R$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M, conforme descrito na Nota Explicativa nº 23.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. A partir dessa data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias dos Imigrantes foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	30/09/2014	30/09/2013
Receita de construção	**244.853**	121.282
Custos de construção	**(244.853)**	(121.282)
	-	-

Notas Explicativas

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes, que condicionou a sua aplicação a partir de 1º de julho de 2013.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 134,9 km de extensão compreendendo:

(a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no fim da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e fim do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.

(b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e fim do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.

(c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e fim do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.

(d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e fim do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.

(e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e fim do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.

(f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.

(g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Notas Explicativas

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R$595.157 (R$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário até 30 de junho de 2013. A partir dessa data conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, esta será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

(a) Prorrogação do prazo de concessão.

(b) Revisão tarifária.

(c) Revisão do cronograma de investimentos.

(d) Utilização do ônus fixo.

(e) Emprego de verbas do tesouro.

(f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos para a Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim; porém, os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	30/09/2014	30/09/2013
Receita de construção	**85.702**	120.768
Custos de construção	**(85.702)**	(120.768)
	-	-

Notas Explicativas

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 04 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	125,6
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	123,0

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 30 de dezembro de 2013, foram publicados no Diário Oficial da União, a Resolução nº 4.236/13 e Resolução nº 4.237/13 da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) referentes a 10ª Revisão Ordinária, a 6ª Revisão Extraordinária e o Reajuste das Tarifas Básicas de pedágio do complexo rodoviário administrado pela Ecosul, sua controlada indireta. Com estas resoluções, as tarifas de pedágio para veículos de passeio foram reduzidas em 22,2% e as tarifas de pedágio para veículos pesados foram reduzidas em 4,2%. Em complementação houve: (i) devolução de trecho não pedagiados da BR-293, que liga Pelotas a Bagé, com 161,1 km e acesso aos Molhes da Barra na rodovia BR-392, com 5,4 km, totalizando 166,5 km de rodovias simples; (ii) incorporação da pista duplicada da BR-392, trecho Pelotas a Rio Grande, com extensão de 51,8 km e; (iii) aumento gradativo do fator multiplicador de veículos pesados em relação aos veículos de passeio para 2 entre 2014 e 2016, em linha com os padrões dos demais programas de concessões rodoviárias federais. O Termo Aditivo ao Contrato relativo a esses itens está em fase de elaboração e é fruto de negociações entre a Ecosul, Ministério dos Transportes e Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), visando maximizar a eficiência das operações rodoviárias do Polo de Pelotas.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

(a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

(b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	30/09/2014	30/09/2013
Receita de construção	**28.432**	24.135
Custos de construção	**(28.432)**	(24.135)
	-	-

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação a, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o fim do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 07 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pelo Grupo EcoRodovias, com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

(a) Pagamento de verba anual de fiscalização em parcelas mensais de R$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30 de junho de 2014, a parcela reajustada é de R$249.

(b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Notas Explicativas

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/09/2014	**30/09/2013**
Receita de construção	**1.359**	30.431
Custos de construção	**(1.359)**	(30.431)
	-	-

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. foi constituída em 22 de março de 2012, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 17 de abril de 2013. O início de suas operações está previsto para maio de 2014 com o início da cobrança de pedágio. A ECO101 tem como objeto social a exploração, pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ.

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. Ao término do período de concessão em maio de 2038, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

(a) Taxa de fiscalização: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá em um montante de R$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio;

(b) Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Notas Explicativas

O contrato de concessão da ECO101 foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:	30/09/2014
Receita de construção	174.198
Custos de construção	(174.198)
	-

Compromissos relativos às concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

	30/09/2014					
	Ecovia Previsão de 2014 a 2021	Ecosul Previsão de 2014 a 2026	Ecovias Previsão de 2014 a 2018	Ecocataratas Previsão de 2014 a 2021	Ecopistas Previsão de 2014 a 2039	Total
Natureza dos custos						
Melhorias na infraestrutura	121.846	123.184	243.628	735	229.511	718.904
Conservação especial (manutenção)	53.035	31.543	285.713	282.843	387.028	1.040.162
Equipamentos	9.898	9.113	47.994	57.267	183.649	307.921
Total	184.779	163.840	577.335	340.845	800.188	2.066.987

	31/12/2013					
	Ecovia Previsão de 2014 a 2021	Ecosul Previsão de 2014 a 2026	Ecovias Previsão de 2014 a 2018	Ecocataratas Previsão de 2014 a 2021	Ecopistas Previsão de 2014 a 2039	Total
Natureza dos custos						
Melhorias na infraestrutura	151.439	145.878	471.324	798	293.288	1.062.727
Conservação especial (manutenção)	60.751	31.543	310.235	313.070	409.120	1.124.719
Equipamentos	10.218	11.461	54.323	60.379	187.355	323.736
Total	222.408	188.882	835.882	374.247	889.763	2.511.182

Os investimentos relativos à Concessionária ECO101 estão sob revisão e serão apresentados oportunamente.

36. Informações sobre o contrato de concessão das controladas Ecovia, Ecocataratas e Ecoporto Santos

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e a Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Notas Explicativas

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

As companhias buscam, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.
Diante da atual administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria deferidos.

Os reajustes tarifários de 2011 a 2013 foram aplicados administrativamente, sem necessidade de ações judiciais, assim como o degrau tarifário previsto para o dezembro de 2013 nas praças de pedágio da Ecocataratas.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

Também em março de 2012 foi emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido relatório concluiu preliminarmente que o contrato pode encontrar-se desequilibrado em desfavor do usuário. Foi apresentada defesa e impugnados os critérios considerados para reequilíbrio e as conclusões preliminares do relatório. Não há julgamento final ainda.

Em 09/07/2013, mediante ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito do Pedágio. As concessionárias de rodovia do Estado colaboraram ativamente com os trabalhos, através da entrega de documentos, apresentação de explicações e depoimento de seus Presidentes. A CPI teve seu encerramento oficial em 04/03/2014 e aguarda-se a votação do relatório final.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, assim como quanto à publicação de relatório final da CPI do Pedágio, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas, assim como da CPI do Pedágio, ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Notas Explicativas

Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, sendo obrigatório o Poder Concedente responsável concedê-la se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser a Secretaria Especial dos Portos (SEP), sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquáticos - ANTAQ a responsável pela fiscalização. Até o presente momento, no que concerne à prorrogação do Contrato, entende-se que é prudente a observância da Resolução nº 2.240/11 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos seja acompanhado de estudo de viabilidade, bem como das informações necessárias à avaliação do equilíbrio econômico-financeiro das novas bases contratuais. O Ecoporto Santos deverá então, ao requerer a prorrogação, instruir o seu pedido com o estudo de viabilidade, seguindo os procedimentos estabelecidos na normatização em vigor à época do requerimento. Assim, em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de haver prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da Resolução ANTAQ nº 2.240/11, conforme alterada pela Resolução ANTAQ nº 2.826/2013, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção do Contrato será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares apensas, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subsecção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato e de seus aditivos, bem como da representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União, sobre a mesma matéria. Apesar das decisões iniciais, a Administração considera significativa a probabilidade de reversão destes julgados e êxito em tais demandas, o que possibilitará a prorrogação do contrato, em linha com a jurisprudência dos Tribunais Superiores e a doutrina jurídica dominante. Nas primeiras ações anteriormente mencionadas pendem de julgamento recursos de apelação ajuizados pelo Ecoporto Santos e, no procedimento administrativo destacado, julgamento de embargos declaratórios também por ele ajuizados. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

37. Informações por segmento - consolidado

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decision-Maker - CODM”).

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

Notas Explicativas

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas e ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

b) Logística

Os sistemas logísticos são formados pela integração entre as concessões rodoviárias do Grupo EcoRodovias e situadas em áreas estratégicas do território brasileiro com plataformas logísticas, que visam integrar terminais logísticos intermodais, terminais portuários, terminais retroportuários, centros de distribuição, recintos alfandegários e portos, bem como a prestação de serviços integrados de logística, sempre buscando um diferencial de valor agregado. A Companhia detém 80% das empresas de logística. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes empresas: Elog S.A., Elog Logística Sul Ltda., Ecopátio Logística Cubatão Ltda., ELG-01 Participações Ltda., Anish Empreendimentos e Participações Ltda. e Paquetá Participações Ltda.

c) "Holding" e serviços

Esse segmento compreende a operação dos serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil. Além da STP, esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03 e EIL04 e as "Holdings" Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., "holding" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

d) Portos

A partir de 31 de maio de 2012, com a aquisição das empresas de segmento portuário, a Companhia passou a realizar operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, neste segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. e Termlog Transporte e Logística Ltda.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	30/09/2014	30/09/2013
Concessões	**73,6%**	67,2%
Logística	**6,6%**	8,1%
"Holding" e serviços	**5,7%**	6,1%
Portos	**14,1%**	18,6%

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na Nota Explicativa nº 2. O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Notas Explicativas

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos para 30 de setembro de 2014 e 2013. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como as práticas contábeis aplicadas:

	31 de dezembro de 2013								
Contas	**Concessões**	**Portos**	**Logística**	**Holding e serviços**	**Combinado**	**Eliminações**	**Total**	**Ajustes CPC 36 (R3)/ IFRS10**	**Consolidado**
Ativo circulante	595.658	247.510	139.611	676.056	1.658.835	(51.806)	1.607.029	(240.151)	1.366.878
Ativo não circulante	3.072.974	717.143	426.686	3.490.587	7.707.390	(2.383.063)	5.324.327	(190.437)	5.133.890
Total do ativo	3.668.632	964.653	566.297	4.166.643	9.366.225	(2.434.869)	6.931.356	(430.588)	6.500.768
Passivo circulante	655.662	198.437	83.223	446.098	1.383.420	(51.107)	1.332.313	(166.454)	1.165.859
Passivo não circulante	1.860.697	652.774	249.068	825.942	3.588.481	(87.468)	3.501.013	(264.133)	3.236.880
Patrimônio líquido	1.152.273	113.442	234.006	2.894.603	4.394.324	(2.296.294)	2.098.030	(1)	2.098.029
Total do passivo e patrimônio líquido	3.668.632	964.653	566.297	4.166.643	9.366.225	(2.434.869)	6.931.356	(430.588)	6.500.768

	30 de setembro de 2013								
Contas	**Concessões**	**Portos**	**Logística**	**Holding e serviços**	**Combinado**	**Eliminações**	**Total**	**Ajustes CPC 36 (R3)/ IFRS10**	**Consolidado**
Receita líquida	1.512.015	418.230	182.279	136.452	2.248.976	(95.035)	2.153.941	(232.360)	1.921.581
Custo dos serviços prestados	(740.662)	(254.041)	(146.693)	(71.950)	(1.213.346)	65.166	(1.148.180)	161.826	(986.354)
Lucro bruto	771.353	164.189	35.586	64.502	1.035.630	(29.869)	1.005.761	(70.534)	935.227
Receitas (despesas) operacionais	(99.671)	(54.079)	(44.278)	(88.945)	(286.973)	36.323	(250.650)	55.277	(195.373)
Equivalência patrimonial	-	-	-	770.989	770.989	(770.989)	-	2.148	2.148
Lucro/prejuízo operacional antes do resultado financeiro	671.682	110.110	(8.692)	746.546	1.519.646	(764.535)	755.111	(13.109)	742.002
Resultado financeiro	(117.980)	(49.194)	(12.113)	(61.491)	(240.778)	158	(240.620)	11.401	(229.219)
Lucro/prejuízo operacional dos impostos	553.702	60.916	(20.805)	685.055	1.278.868	(764.377)	514.491	(1.708)	512.783
Imposto de renda e contribuição social	(185.199)	(13.086)	6.766	(8.516)	(200.035)	(2.138)	(202.173)	1.708	(200.465)
Lucro/prejuízo líquido do exercício	368.503	47.830	(14.039)	676.539	1.078.833	(766.515)	312.318	-	312.318
Atribuível a: Companhia	-	-	-	-	-	-	-	-	309.558
Outros acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	2.760

Notas Explicativas

	30 de setembro de 2014								
Contas	Concessões	Portos	Logística	Holding e Serviços	Combinado	Eliminações	Consolidado	Ajustes CPC 36 (R3)/ IFRS10	Consolidado contábil
Ativo circulante	528.268	115.771	81.246	476.732	1.202.017	(56.677)	1.145.340	(75.560)	1.069.780
Ativo não circulante	3.577.371	787.359	440.676	3.563.615	8.369.021	(2.504.202)	5.864.819	(227.870)	5.636.949
Total do ativo	4.105.639	903.130	521.922	4.040.347	9.571.038	(2.560.879)	7.010.159	(303.430)	6.706.729
Passivo circulante	590.695	196.831	98.805	394.852	1.281.183	(65.879)	1.215.304	(93.120)	1.122.184
Passivo não circulante	2.198.277	593.442	210.310	859.699	3.861.728	(93.806)	3.767.922	(210.310)	3.557.612
Patrimônio líquido	1.316.667	112.857	212.807	2.785.796	4.428.127	(2.401.194)	2.026.933	-	2.026.933
Total do passivo e patrimônio líquido	4.105.639	903.130	521.922	4.040.347	9.571.038	(2.560.879)	7.010.159	(303.430)	6.706.729

	30 de setembro de 2014								
Contas	Concessões	Portos	Logística	Holding e Serviços	Combinado	Eliminações	Consolidado	Ajustes CPC 36 (R3)/ IFRS10	Consolidado contábil
Receita líquida	1.867.010	343.586	168.664	144.527	2.523.787	(147.611)	2.376.176	(174.373)	2.201.803
Custo dos serviços prestados	(1.106.968)	(165.802)	(146.027)	(91.805)	(1.510.602)	73.351	(1.437.251)	149.563	(1.287.688)
Lucro bruto	760.042	177.784	22.637	52.722	1.013.185	(74.260)	938.925	(24.810)	914.115
Receitas (despesas) operacionais	(124.618)	(107.776)	(42.084)	176.532	(97.946)	74.508	(23.438)	38.509	15.071
Equivalência patrimonial	-	-	-	614.327	614.327	(614.327)	-	(17.307)	(17.307)
Lucro/prejuízo operacional antes do resultado financeiro	635.424	70.008	(19.447)	843.581	1.529.566	(614.079)	915.487	(3.608)	911.879
Resultado financeiro	(170.114)	(49.201)	(15.915)	(57.834)	(293.064)	19	(293.045)	15.672	(277.373)
Lucro/prejuízo operacional antes dos impostos	465.310	20.807	(35.362)	785.747	1.236.502	(614.060)	622.442	12.064	634.506
Imposto de renda e contribuição social	(153.505)	(8.592)	14.163	(57.325)	(205.259)	(3)	(205.262)	(12.064)	(217.326)
Lucro/prejuízo líquido do exercício	311.805	12.215	(21.199)	728.422	1.031.243	(614.063)	417.180	-	417.180
Atribuível a:									
Companhia	-	-	-	-	-	-	-	-	418.009
Outros acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	(829)

38. Evento subsequente

Em 06 de outubro de 2014, a Companhia realizou a integralização de capital R$11.000 mil no Consórcio Rota Metropolitana Norte (vide Nota Explicativa nº 4.a.xii).

Em 04 de novembro de 2014, a controladora indireta Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., realizou sua primeira emissão pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor total de R$143.000 mil. A referida emissão cumpre os requisitos da Instrução CVM nº 476/2009. O vencimento das referidas Debêntures será em 04 de março de 2016.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Administradores e Acionistas da

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de novembro de 2014.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP-249186/O-5